SIMONE ARRUDA DO CARMO
(organizadora)

SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA

Estudos de Caso da Polícia Civil

EDITORA

2023

SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA

Estudos de Caso da Polícia Civil

SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA

Estudos de Caso da Polícia Civil

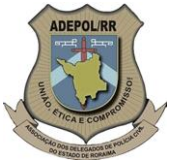
SIMONE ARRUDA DO CARMO
(organizadora)

BOA VISTA/RR
2023

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.





EXPEDIENTE

Revisão
Francisleile Lima Nascimento
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ca2 CARMO, Simone Arruda do (organizadora).

Segurança Pública em Roraima: Estudos de Caso da Polícia Cívil.

Boa Vista: Editora IOLE, 2023, 153 p.

Série: Ciências Sociais. Editores: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-33-5
https://doi.org/10.5281/zenodo.8267167

1 - Boa Vista. 2 - Polícia Civil. 3 - Roraima. 4 - Segurança Pública.
I - Título. II - Carmo, Simone Arruda do. III - Direito. IV - Série

CDD – 300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2023

O SER POLÍCIAL

Ainda existe senhores
Quem não conheça a polícia
Ignore ou por malicia
Ou até pura maldade
Mas nesta oportunidade
Que recebo bem contente
Irei falar brevemente
Para nossa sociedade

A polícia meus senhores
São heróis do cotidiano
Pois durante todo ano
Lutamos de peito aberto
Com e perigo bem de perto
Arriscamos nossa vida
As pessoas protegidas
Mas nosso futuro incerto

Policial é um alvo humano
Vive em cima da navalha
Muito acerta às vezes falha
E fez o seu juramento
Não titubear um momento
Sacrificar sua vida
Para salvar outra vida
É o lema em seu pensamento

As vezes algum percalço
O cotidiano oferece
Mas o bom só aparece
Se da missão não descansa
Não recua e sempre avança
Há limites pra superar
Sempre tenta melhorar
E nunca perde a esperança

Outro dia uma criança
Com olhos pequenininhos
Me perguntou bem baixinho
Papai porque és policial
Boa pergunta, afinal
Merece boa resposta
Minha filha porque o papai gosta
De estar combatendo o mal

A inocência de criança
Me fez até refletir
No peito pude sentir
E ter ainda mais certeza
A pergunta é com pureza
Mas uma verdade ela imprime
Como combater o crime
E nisso enxergar beleza

A violência nos contorna
Nos contornam delinquentes
Maldades com inocentes
Brutalidade a rolar
E o policial a aguentar
Calado, quieto, sozinho.
Logo voltará pro ninho
E não pode se abalar

Quem critica a polícia
Nunca esteve em perigo
Pois quem torce pra bandido
Me envergonha de verdade
Não conhece a realidade
Não distingue o bem do mal
Pois saibam que o policial
É o guardião da sociedade

Não me abala algum deboche
Ou até torcida contraria
Pra mim é opinião precária
Errada reclamação
Saibam vocês cidadãos
Que a polícia certamente
Estará sempre presente
E a sua disposição

Escolhi ser policial
Realmente por gostar
Sinto na veia a pulsar
O sangue corre bem forte
E afirmo que tive sorte
Pois sinto em meu coração
Vou amar minha profissão
Mesmo até depois da morte

Ricardo Ribeiro Silveira

PREFÁCIO

Na Segurança Pública brasileira é muito comum a busca por fórmulas e soluções de outras unidades da Federação, até mesmo de países mais desenvolvidos. Conquanto essa falha seja facilmente percebida, poucos possuem a coragem necessária para rompê-la. Mas o presente livro faz isso com maestria.

O livro transita, habilidosamente, pela estrutura física da sua Polícia Judiciária roraimense, peculiaridades sobre o referido quadro de pessoal e, principalmente, realiza uma profunda análise de múltiplas formas de criminalidade que assolam o estado e algumas peculiaridades das respectivas investigações.

Podemos afirmar que a obra, que foi fomentada pela Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Roraima (ADEPOL/RR), cumpre a tarefa de expor nuances essenciais da Polícia Civil de Roraima que somente escritores locais poderiam realizar com tamanha propriedade.

A coordenação do livro é exitosa, pois consegue se organizar em uma cristalina linha de raciocínio, contemplando todos os pilares seminais da Segurança Pública de Roraima. A despeito de não existirem incentivos corporativos às pesquisas realizadas pelos próprios agentes de Segurança Pública, o presente livro preenche uma lacuna, fornecendo informações muito relevantes para os tomadores de decisão e para os responsáveis pelo desenho de políticas públicas.

Essa falta de literatura específica, principalmente as que são gestacionadas dentro do próprio corpo administrativo-policial, acabam gerando a desvalorização de paradigmas locais e, reversamente, fomentam a cultura de divinização de modelos copiados de outras unidades da Federação ou países.

E esse ciclo vicioso é heroicamente rompido pela obra "Segurança Pública em Roraima - Estudos de Caso da Polícia Civil". Afinal, quem mais poderia explicar sobre o impacto do fluxo migratório de venezuelanos ou da expansão das empresas de reciclagem no aumento de furto de fios e de cabos elétricos.

Outrossim, quem exporia com tanta propriedade que Roraima possui índice crescente de mortes no trânsito, tendo saído da 9º colocação para o 5º lugar no ranking nacional com maior mortalidade em menos de 10 anos. Poucos teriam possibilidade de explicar o porquê de o estabelecimento das salas lilases impactarem positivamente na conduta dos servidores policiais. Por fim, só agentes que conhecem o contexto local poderiam fazer emergir a hipótese de que a mineração ilegal, a imigração de criminosos travestida de refúgio e a guerra entre facções funcionam como circunstâncias catalisadoras do aumento de homicídios no estado.

O fato de os trabalhos literatos se restringirem ao estado de Roraima não afasta a capacidade generalizante desses ensinamentos para outras unidades da Federação. Longe disso. A profundidade da narrativa sobre contextos vivenciados em Roraima permite extrair hipóteses sobre a técnica policial, mas também compreender melhor o campo organizacional em que tudo isso está inserido.

E é por todos esses qualificativos que a presente obra passa a ser literatura obrigatória não só para os profissionais de segurança pública de Roraima, mas para todos aqueles que são apaixonados pelas nuances vivenciadas pelas agências policiais mundo afora. Desejo uma boa leitura!

Delegado Adriano Sousa Costa

Presidente do Sindicato dos Delegados de
Polícia do Estado de Goiás (SINDEPOL/GO)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 17

CAPÍTULO 1 |
Estratégias de Modernização e
Reaparelhamento da Segurança Pública do Estado de Roraima 21

CAPÍTULO 2 |
Análise da Qualidade de Vida dos Servidores da
Central de Flagrantes da Polícia Civil de Roraima 27

CAPÍTULO 3 |
Atendimentos a Saúde dos Policiais Civis do Estado de Roraima 33

CAPÍTULO 4 |
O Tráfico de Drogas no Estado de Roraima 39

CAPÍTULO 5 |
Tráfico de Drogas na Cidade de Boa Vista/RR 45

CAPÍTULO 6 |
Furtos de Fios e Cabos Elétricos 49

CAPÍTULO 7 |
Crimes de Roubos e Furtos de Aparelhos Celulares 53

SUMÁRIO

CAPÍTULO 8 |
Técnicas de Investigação de Crimes de Roubo em Boa Vista-RR 57

CAPÍTULO 9 |
Reestruturação da Central de Flagrantes da Polícia Civil em Boa Vista – RR 63

CAPÍTULO 10 |
Central de Flagrantes e Atendimento à Mulher Vítima de Violência 69

CAPÍTULO 11 |
Critério na Investigação de Violência Contra a Mulher 75

CAPÍTULO 12 |
Sala Lilás do IML – Serviço
Especializado no Atendimento à Mulher em Roraima 81

CAPÍTULO 13 |
A Atuação Feminina nos Crimes Graves 87

CAPÍTULO 14 |
A Revolução dos Mortos: Rompendo Paradigmas e
Derrubando os Índices de Homicídios no Setentrião 93

SUMÁRIO

CAPÍTULO 15 |
Problemática da Identificação Criminal Sem o Processo de Cadastro Biométrico (Datiloscópico e Fotográfico) no Processo Criminal 99

CAPÍTULO 16 |
Mortalidade no Trânsito em Roraima 105

CAPÍTULO 17 |
Odontologia Legal: Projetos Exitosos no IMOL-RR 111

CAPÍTULO 18 |
Odontologia Legal: Relato de Caso de Necropsia 117

CAPÍTULO 19 |
Histórico da Genética Forense no Instituto de Criminalística de Roraima 123

CAPÍTULO 20 |
Chacina no Presídio de Roraima: Do Local ao DNA 129

CAPÍTULO 21 |
Crimes Sexuais: DNA Como Ferramenta de Elucidação 135

AUTORES & INSTITUIÇÕES 141

Esta obra é uma realização da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Roraima (ADEPOL/RR) em celebração aos 19 anos de institucionalização da Polícia Civil em Roraima.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O objetivo da presente obra, intitulada "Segurança Pública em Roraima: Estudos de Caso da Polícia Civil", é refletir sobre a realidade da Segurança Pública com base em um conjunto de reflexões alicerçadas na reflexão sobre a realidade empírica da Polícia Civil roraimense com base em uma série de contribuições dos profissionais envolvidos.

A construção deste livro somente foi possível em função de uma iniciativa da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Roraima (ADEPOL/RR) que resultou em uma oficina prática para escrita dos estudos de casos, mediada pelo prof. Dr. Elói Martins Senhoras no mês de março de 2023, contando com a participação de mais de 30 profissionais.

O surgimento desta obra que vem a preencher uma lacuna técnico-científica na temática securitária acontece justamente em um contexto de celebração dos 19 anos de institucionalização da Polícia Civil de Roraima (PCRR), no qual a própria comunidade policial pode refletir sobre a realidade empírica com base em um conjunto de estudos de casos.

Estruturado em 21 capítulos, o presente livro somente foi possível de desenvolvimento em razão de um trabalho coletivo engendrado por um comprometido grupo de profissionais, composto por 18 policiais civis (delegados, agentes de polícia, escrivãs, agentes carcerários, peritos criminais, odonto-legistas, e médico-legistas) e 2 profissionais do círculo acadêmico-jurídico.

Os capítulos que ora serão apresentados neste livro refletem sobre os desafios e oportunidades, bem como sobre as forças e fraquezas da Polícia Civil no estado de Roraima, possibilitando assim amalgamar subsídios de melhoria no *policymaking* de

Segurança Pública à luz das reflexões maturadas por uma ativa comunidade epistêmica.

Esta obra de coletânea se fundamentam na pluralidade teórica e metodológica do pensamento ao apresentar o ecletismo como paradigma teórico-conceitual e a multidisciplinaridade como linha metodológica de análise, propiciando a combinação de um rigoroso roteiro científico de estudo de caso com uma leve leitura, desprovida de jargões técnico-profissionais.

Ao combinar análise e reflexão, teoria e empiria, o livro propicia um momento ímpar para o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de novas aprendizagens, atendendo assim ao interesse de um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo da Segurança Pública, quanto por acadêmicos e profissionais dos Aparelhos Policiais e de Justiça, ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade securitária roraimense.

Excelente leitura!

Delegada Simone Arruda do Carmo

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia
Civil do Estado de Roraima (ADEPOL/RR)

CAPÍTULO 1

Estratégias de Modernização e Reaparelhamento da Segurança Pública do Estado de Roraima

ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Ketiane da Costa Guerreiro

De acordo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, Segurança Pública é dever do Estado, sendo exercida para preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Tardiamente, a temática da Segurança Pública tornou-se efetivamente agenda da União, a partir do ano de 2000, prevendo a cooperação dos Estados da Federação, após a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, e, como norteadora a Política Nacional de Segurança Pública, com todas as suas metas e diretrizes a serem definidas, estabelecidas a longo prazo no Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Em seguida, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) iria regulamentar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com objetivo é articular as ações federais, estaduais e municipais. Aos Estados caberia a implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI), servindo como base focal operacional do SUSP e a elaboração dos Planos Estaduais de Segurança Pública.

No contexto de (in)segurança pública no Brasil, Roraima tornou-se destaque nacional com maior índice de homicídios a cada 100 mil habitantes a partir de 2018, o que motivou para pesquisa acerca das ações do Governo do Estado de Roraima referente aos planejamentos pautados para repressão e prevenção da violência. Neste sentido a presente pesquisa buscou compreender analisar a Política Estadual de Segurança Pública do Governo do Estado de Roraima.

Em Roraima, podemos citar como indicadores a serem consideradas como primordiais na elaboração das políticas públicas, questões atreladas à urbanização, como o aumento da violência (compreendendo todas as tipologias) e mudança de perfil da criminalidade. Após o crescimento populacional desordenado, aumentou a quantidade de bairros longínquos e a demanda por serviços públicos.

Diante deste contexto a Lei 1355/2019 instituiu o Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima (FESP/RR) para fomentar as instituições que integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado no que tange despesas administrativas; modernização; aparelhamento; reaparelhamento; capacitação dos servidores; melhoria da qualidade de vida e programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; além de ações preventivas e repressivas em prol do combate à criminalidade. A lei nº 1.357/2019 regulamenta o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SISPDS), a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Roraima (CONSESPDS).

Outro avanço no planejamento estadual emana da lei n.º 1.697/2022 que instituiu a Política sobre Drogas do Estado de Roraima, o Fundo Estadual Antidrogas, com objetivo de executar ações de prevenção, atenção, reabilitação e de repressão e combate ao tráfico de drogas lícitas. Os projetos das Instituições que compõem a segurança Pública, estão se modernizando suas práticas através dos recursos do FESP/RR, com aparelhamentos atualizados como notebooks, computador desktop, câmeras fotográficas de alta precisão, equipamentos de inteligência e contrainteligência.

Como resultado da pesquisa foi possível verificar a existência do Plano Estadual de Segurança Pública, e efetiva funcionalidade do FESP/RR na aquisição dos objetos elencados nos

projetos das instituições que compõem a SESP/RR, como viaturas para a Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM), além da entrega de equipamentos táticos como coletes balísticos e pistolas para PC e PM. A Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC) entregou 400 pistolas e fuzis Taurus à Polícia Penal. Como resultado positivo deu-se em detrimento do aumento das rondas ostensivas da PM, com o projeto Polícia nas Ruas todas as ocorrências são filmadas por câmeras das próprias viaturas e o tempo de resposta é mais rápido devido aumento da frota. Assim houve a redução de 41% dos furtos em 2021 e no ano de 2022 houve a diminuição de 34% nos índices de violência, maior redução a nível Nacional.

CAPÍTULO 2

Análise da Qualidade de Vida dos Servidores da Central de Flagrantes da Polícia Civil de Roraima

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES DA CENTRAL DE FLAGRANTES DA POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA

Luana Lucena Machado

Dentro das estruturas da Polícia Civil, temos a Central de Flagrantes que atende as demandas flagranciais do estado de Roraima e atende a população em geral com confecção de boletins de ocorrência e tirando as mais variadas dúvidas. Nesta unidade temos quatro equipes de plantão, cada uma composta por 13 servidores que efetivam as funções laborais trabalhando dia e noite em escala de plantão. Os policiais da Central de Flagrante têm uma carga de trabalho bem elevada, uma vez que a atendem todos os tipos de ocorrências, do furto ao tráfico de drogas, da violência doméstica ao estupro, elevando o nível de tentativa de resolução de problemas e tendo que ter respostas a pronto emprego, fato esse que aumenta os níveis de estresses dentro das atividades laborais.

Diante do exposto verificou-se a necessidade de fazer um questionário de qualidade de vida com os servidores da Central de Flagrante com a intensão de apurar o estado físico e emocional dos policiais, destacando a importância dos resultados para futuras intervenções no sentido de melhorar as atividades laborais, bem como a saúde física e emocional dos servidores da unidade policial. A vivência de sofrimento no trabalho é caracterizada pela presença de sentimentos, tais como: medo, insatisfação, insegurança, estranhamento, desorientação, impotência, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, angústia, depressão, tristeza, agressividade, desgaste, desestimulo, desanimo, desgaste físico e ou emocional, desvalorização, culpa, tensão e raiva. A

pesquisa foi feita através do questionário enviado a cada servidor para responder, salientando que eles não foram identificados ao responder o referido questionário de qualidade de vida.

As primeiras respostas do questionário abordam o quesito saúde geral e física, e começa assim: em geral você diria que sua saúde é: e tivemos 41,7% respondendo que está muito boa, 37,5% disseram que é boa e os demais que somam 12,5% disseram que está ruim ou péssima. Quando perguntados sobre a comparação de sua saúde de hoje com a de um ano, atrás tivemos o percentual de 33,3% dizendo que está a mesma, 37,5% que está boa ou excelente e 29,2% disseram está ruim ou péssima. Ao serem perguntados sobre atividades simples do dia a dia como subir escada, agachar, curva-se, ajoelhar-se entre outras, as respostas foram satisfatórias, indicando na sua grande maioria que não tem dificuldade algum apara realizá-las. Pudemos notar que a saúde física, aparentemente, levando em consideração a idade dos policiais e a alta carga laboral da unidade, está boa e de certa forma podemos correlacionar esse fator ao reconhecimento financeiro, o qual os servidores têm o que os mantem ativos e dispostos a dar o seu melhor.

Posteriormente o questionário de qualidade de vida dirige as perguntas para saber sobre a saúde mental do servidor. Ao ser perguntado de que maneira os problemas emocionais interferiram nas atividades sociais normais, em relação a família ou em grupo, tivemos 56% que responderam de moderada a extremamente. A partir daqui as perguntas foram mais específicas e são elas : Quanto tempo você̂ tem se sentindo cheio de vigor, de vontade, de força? 40% responderam que alguma parte do tempo, abandonando respostas mais positivas como, o tempo todo e a maioria do tempo. Ao ser perguntado quanto tempo eles se sentiam uma pessoa nervosa, as respostas foram 68% para alguma parte do tempo ou a maior parte do tempo. Ao serem perguntados sobre quanto tempo têm se sentindo deprimidos ao ponto de quase nada ser capaz de

animá-los a resposta foi de 68% para alguma parte do tempo ou a maior parte do tempo, o que emite um alerta sobre a saúde mental dos policiais.

Sabendo que são 19 anos de carreira e que a grande maioria dos policiais não buscam por atendimento psicológico e o trabalho policial ser de grande estresse, noites de sono perdidas e uma falha no reconhecimento símbolo que se trata de pequenas ações dentro da unidade para que o servidor se sinta acolhido e reconhecidos pelos gestores, ações simples como: o funcionário do mês, comemorações de dias especiais, como dos pais e mães, atender com atenção os policiais quando procuram a gestão para tratar sobre mudanças de escalas por exemplo. O sofrimento no trabalho não é necessariamente patogênico, pode atuar como um propulsor para mudanças, caracterizando-se como sofrimento criativo. Nesse caso pode mobilizar o sujeito em busca de soluções para os problemas, mobilização essa que abrange aspectos afetivos, cognitivos, e sensoriais, constituindo a inteligência pratica que é guiada pelo sofrimento (*Pathos*), e tem como meta ultrapassar as dificuldades e subverter o sofrimento em prazer.

A gestão da Polícia Civil ciente de toda essa problemática reforçou o núcleo de qualidade de vida e visando sanar as estatísticas exposta devido ao questionário, criou rodas de conversas com os policiais onde eles explanam suas dores, bem como escutas clínicas e aulas de *mindfulness*, visando melhorar a saúde mental e o bem-estar do servidor que trabalha diretamente com pessoas solucionando problemas dia a dia. O projeto piloto se deu com os servidores da central de flagrantes, mas deve expandir-se as demais delegacias e repartições da polícia civil fazendo com que futuramente tenhamos uma polícia com menos casos de alcoolismo, dependência química e suicídios, os quais as taxas são extremamente alta nacionalmente inclusive. Na última década, a violência psicológica no trabalho se destaca como um dos temas preocupantes no debate multidisciplinar

tecido nas ciências do trabalho, tendo em vista o agravamento de doenças a ela relacionada e até mesmo a ocorrência de suicídio relacionados ao trabalho.

Conclui-se que a saúde dos policiais precisa de um olhar mais apurado e que se trata de emergência resolver tais questões no que tange a saúde mental dos policiais civis de Roraima. Muito já vem sendo feito, mas nota-se que muito ainda há de se fazer e sugere-se a contratação de psicólogos atuando de forma presencial em cada delegacia para que eles possam atender a demanda de forma contínua e eficaz. Sugerem-se ainda campanhas de desmistificação ao acesso a tratamento psicológico, pois os policiais ainda têm arreigados em si mitos que não os deixam procurar ajuda a sua saúde mental. Uma saída eficaz seria estagiários na área de psicologia atendendo das delegacias o que oneraria menos a ação. Outra ação eficaz é a inclusão de atividade física para os agentes, pois ela deve ser aliada ao trabalho de saúde mental.

CAPÍTULO 3

Atendimentos a Saúde dos
Policiais Civis do Estado de Roraima

ATENDIMENTOS A SAÚDE DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE RORAIMA

Shirley Pereira Lopes Araújo

O envelhecimento dos policiais civis aliados à apresentação de atestados médicos e diversos problemas graves de saúde, que por vezes poderiam ser prevenidos, afetam grande quantidade de servidores que não cuidam efetivamente da saúde. Esta situação apresenta-se como um problema a ser enfrentado pela Instituição.

O trabalho policial é especialmente exaustivo e rotineiramente causa diversos impactos na vida e saúde dos profissionais por lidar com diversas mazelas da sociedade, o que ao longo do tempo afeta a saúde física e mental de forma mais rápida que se comparada a outros profissionais, por isso considerada de risco e também abarcada pela aposentadoria especial.

Esse afastamento por problemas de saúde implica diretamente no atendimento à população ou em sobrecarga a outro policial, e a falta de atenção com a saúde deste policial civil, pode desencadear problemas mais graves, que poderiam ser prevenidos.

Na estrutura administrativa e organizacional da Polícia Civil, existe o Núcleo de Saúde e Auxílio Psicossocial da Polícia Civil - NSAP, a princípio apenas para atendimento psicológico, e realizado por profissional de outra Instituição, o que poderia ser ampliando para outros atendimentos considerados preventivos e essenciais para a manutenção da saúde física e mental do Policial, como uma consulta periódica ou mesmo acompanhamentos específicos de profissionais especializados, evitando o afastamento prolongado ou mesmo a readaptação em casos extremos.

Assim, os servidores poderiam realizar exercícios preventivos de doenças laborais sob a supervisão de profissionais especializados; agendar consultas regulares aos servidores que apresentarem quadro clínico que necessitem de acompanhamento preventivo; manter consultas com médicos especialistas; atendimento psicológico ao servidor e se a situação envolver problemas familiares agendar também com os membros da família e assegurar que os servidores que trabalham nas Unidades Policiais de atendimento às mulheres, crianças e adolescentes vítimas, tenham acompanhamento psicológico mensal programado com a equipe de saúde.

Para isso, ocorreria a adesão de servidores de outros Órgãos, principalmente da Secretaria Estadual de Saúde. Nesse sentido, os profissionais de saúde considerados prioridade formaria um "corpo de saúde" da Polícia Civil, especialmente nas áreas de clínica geral, cardiologia, psiquiatria, ortopedia, enfermagem, fisioterapia e psicologia, em razão de que os casos de saúde de maior recorrência são de infartos, AVC, psiquiátricos (ansiedades e síndromes) e lesões repetitivas.

Outra situação é o policial da área da saúde, muitas vezes possui alguma espécie de vínculo com a Administração Geral do Estado (horas de trabalho) e poderiam dedicar essas horas no atendimento interno de policiais civis no NSAP.

O profissional da área de saúde prestaria o serviço uma ou duas vezes ao mês ou com lotação na Polícia Civil, no caso dos fisioterapeutas, enfermeiros ou técnicos em enfermagem e psicólogos.

Para tanto, os profissionais de saúde, poderiam manifestar o interesse em participar, conforme disposto na página seguinte, no quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura profissional por carga horária mensal

Quantidade	Profissional	Carga Horária Mensal
01	Médico Clínico Geral	30 h
01	Cardiologista	20 h
01	Ortopedista	20 h
01	Psiquiatra	20 h
02	Fisioterapeuta	30 h
01	Enfermeiro/Técnico em Enfermagem	30 h
01	Psicólogo	30 h

Fonte: Elaboração própria.

Em se tratando dos profissionais médicos, enfermeiros ou técnico em enfermagem e psicólogos, os serviços seriam prestados em uma sala previamente reservada e adequada, Núcleo de Saúde e Auxílio Psicossocial da Polícia Civil - NSAP.

No que se referem aos profissionais da área de fisioterapia, estes estariam sempre visitando as Unidades Policiais para orientação e execução de exercícios preventivos de doenças laborais, por meio de um calendário ajustado pelos próprios profissionais. Esse deslocamento até as Unidades Policiais seria de responsabilidade da Polícia Civil, por meio do NSAP.

Dentre tantas adversidades enfrentadas no exercício da profissão, o servidor Policial Civil, pode contar com o amparo, mesmo que mínimo para o acompanhamento preventivo de doenças físicas e/ou psicológicas, sem a burocracia enfrentada pelo Sistema único de Saúde ou sem o dispêndio de um plano de saúde, principalmente entre servidores que possuem famílias, sendo relevante, pois além de o servidor sentir-se valorizado, demonstra a preocupação da Polícia Civil do Estado de Roraima com bem-estar

físico e mental daqueles que se dedicam em fazer um trabalho policial cada vez melhor.

Esse atendimento exclusivo por meio do NSAP seria de grande valia em razão de que os policiais, pelo próprio vínculo de trabalho, têm dedicação exclusiva e nem sempre é possível deixar o trabalho para um atendimento particular e, isso ocorrendo dentro da própria Instituição que conhece a realidade do servidor, teria mais chances de sucesso.

CAPÍTULO 4

O Tráfico de Drogas no Estado de Roraima

O TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE RORAIMA

Elisangela Castro de Jesus

O crime de tráfico de drogas se intensificou no Brasil com o processo da globalização e o registro do crime organizado no final da década 1970, no Rio de Janeiro trazendo vários problemas sociais de saúde e segurança. O crime de entorpecentes ao longo dos anos passou por modificações tanto na lei quanto na alta de problemas sociais e prisional, pois com decorrer do tempo evidenciou-se o aumento de números de pessoas envolvido no crime e na dependência química.

Disseminou-se assim para os demais estados brasileiros, chegando em nosso estado nos últimos tempo, observa-se o aumento nas apreensões de drogas sintéticas e semissintética, como cocaína, maconha, ecstasy e de objetos materiais como armas e munições, celulares, veículos, dinheiro, anotações de crime entre outros, tanto que no dia 07 de dezembro de 2022, a Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE juntamente com o Departamento de Narcóticos – Denarc, realizou a maior apreensão de drogas dos últimos anos, cerca de 234,129 kg de Maconha/Skunk em uma única investigação ocorrida na Vila Sumaúma-vicinal 7, Município de Mucajaí, prendendo em flagrante delito três envolvidos de 42, 43 e 67 anos de idade, impedindo a circulação de R$ 2 milhões no mundo do crime, tornando-se a maior apreensão já realizada pela Polícia Civil do Estado de Roraima.

Não é por acaso que esta apreensão trouxe para o Departamento de Narcóticos-Denarc a constatação que precisa de maior estrutura física como também de segurança para guarda de drogas, pois seu ambiente não comportava a referida quantidade,

fazendo com que se agilizasse o processo de incineração. Durante uma investigação policial quando acontece uma apreensão de entorpecentes é lavrando procedimento policial e posteriormente feita perícia criminal, sendo devolvida parte da droga à unidade policial responsável pela apreensão que por sua vez remente para o Denarc, departamento com atribuição pela incineração das drogas.

Atribui-se a esse aumento; a imigração que acarretou na falta de emprego, moradia, educação e saúde para a população; a instalação do garimpo em nosso estado abrindo rotas de fuga, pistas de decolagem para tentar despistar as investigações das forças policiais favorecendo o desenvolvimento e a ramificação do tráfico de drogas nacional e internacionalmente; a entrada de mulheres que muitas vezes são utilizadas como mulas e jovens tantos brasileiros como venezuelanos que não têm uma atividade laboral.

O sucesso nas operações da DRE, atribui-se a implantação do plantão especial exclusivo por meio da Portaria n° 1721/Polícia Civil/DG/CART, de 06 de outubro de 2021, que passou a funcionar ininterruptamente durante a semana, finais de semana e feriados, pois a movimentação do crime não tem dia e nem horário e o combate ao tráfico de drogas exige dedicação em tempo integral por partes dos servidores daquela unidade de polícia, outro ponto é a disponibilidade de condições de trabalho com o suporte no que tange materiais, ferramentas e recursos que atendam as investigações pela gestão administrativa da polícia civil. Todavia o quadro de servidores para o enfrentamento ao tráfico de drogas é pequeno comparado ao crescimento e a grande demanda. As ações realizadas para o combate ao narcotráfico pela polícia civil são de forma repreensiva com as investigações, prisões e apreensões e de forma preventiva com palestras educativas sobre drogas ilícitas, classificação e malefícios de uso abusivo de substâncias de entorpecentes realizadas pelo Núcleo de Narcóticos (N.N.) em

escolas, municípios, comunidades indígenas e por qualquer entidade que manifestar interesse ao assunto.

O Departamento de Narcóticos (Denarc) juntamente com N.N foram criados pela Lei Complementar n° 223, de 27 de janeiro de 2014 e a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), conforme livro de registro de cartorário e a confirmação de o Agente de Polícia, Francisco Sales, foi fundada no ano de 1991 como Delegacia de Entorpecentes (DE). Atualmente o Denarc é composto de um diretor, uma escrivã e três agentes de polícia, a DRE tem em seu quadro dois delegados, um escrivão, um agente administrativo e sete agentes de polícia e o N.N um chefe de núcleo e dois agentes de polícia.

Conclui-se que o narcotráfico se disseminou no país e no mundo, trazendo grandes prejuízos econômicos, sociais, psicológicos e para a segurança pública. Os desafios são muitos e diários para o combate por parte das forças de segurança pública, exigindo cada vez mais técnica e conhecimento no assunto, ações como a integração efetiva das forças de polícia e justiça, investimentos de capital intelectual para conhecimento técnico, científico, e cursos de reciclagem constante, visto a dinâmica que o crime se desenvolve em seu modus operandi; busca de meios de acesso à saúde, cultura e ambiente de esporte e lazer para os policiais para oferecer uma melhor qualidade de vida; investimento nas estruturas físicas das unidades policias que ainda não foram contempladas com reformas e adaptações, especialmente para o Denarc e suas unidades subordinadas; investimento por parte do estado, como por exemplo, sistema de monitoramento nas ruas dos bairros da capital e dos municípios, principalmente nos bairros mais afetados pelo tráfico de drogas, como forma de tentar inibir o crime, monitorar e identificar os envolvidos no meio ilícito.

CAPÍTULO 5

Tráfico de Drogas na Cidade de Boa Vista/RR

TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Marcus Antônio de Paiva Albano Júnior

Eudyafla Nogueira Chagas

A criminalidade é um problema grave em todo o Brasil e não difere em Roraima, localizado na região Norte do país o estado conta com cerca de 631.181 habitantes (IBGE, 2020) distribuído em 224.301 km² em território. Apesar de ser um dos estados com menor índice de população o Estado de Roraima já esteve entre os dez estados mais violentos do país, sendo a criminalidade uma preocupação para as autoridades locais e para a população em geral.

O estado faz fronteira com a Venezuela e com a Guyana, o que facilita a entrada de drogas e armas no país. Além disso, a região possui diversas rotas de tráfico de drogas que ligam a América do Sul ao Caribe, o que aumenta ainda mais a demanda pelo comércio ilegal de drogas em Roraima como hub do tráfico internacional.

Embora a imprensa trate o tráfico de drogas como principal forma de crime em Roraima, por dados constantes no Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública Procedimentos Policiais Eletrônicos - SINESP PPe, nota-se que o crime de furto encontra-se em destaques como maior registro de ocorrências, seguido roubos, tráfico de drogas e em seguida o crime de homicídio.

Conforme dados estatísticos extraídos no SINESP PPe, nos anos de 2019 à 2021, as ocorrências de tráfico de drogas foram registrados respectivamente 330, 370 e 301, estando muitas vezes ligadas à violência e à criminalidade organizada. Os números apresentados no SINESP PPe não representam em sua totalidade os casos, uma vez que o crime organizado beneficia de coação e

coerção para instaurar o medo na população, diminuindo assim o número de denúncias.

De acordo com o mapeamento dos dados de crime de tráfico de drogas, a atuação policial no combate ao tráfico de drogas se intensifica em municípios do interior como Alto Alegre, bem como na capital, Boa Vista, respectivamente nos bairros Senador Hélio Campos, Tancredo Neves, Centro e Cidade Satélite, tendo em vista a grande quantidade de registros de denúncia.

Diante desse cenário, as autoridades locais têm adotado medidas para combater a criminalidade em Roraima. Uma das principais ações é o fortalecimento das forças de segurança, como a Polícia Militar e a Polícia Civil, que têm intensificado as operações de combate ao tráfico de drogas e à criminalidade organizada. Além disso, o estado tem investido em políticas públicas de prevenção à violência, como ações de educação, saúde e assistência social.

Conclui-se com base nas discussões previamente apresentadas, que há muito a ser feito para reduzir a criminalidade no Estado. É necessário investir em políticas de segurança mais efetivas, como a capacitação de policiais, a modernização das técnicas de investigação e a ampliação do sistema de monitoramento por câmeras. Além disso, é fundamental que a sociedade se envolva no combate à criminalidade, denunciando casos de violência e apoiando as ações das autoridades locais.

CAPÍTULO 6

Furtos de Fios e Cabos Elétricos

FURTOS DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS

Reginaldo Lima Oliveira

Alcilene de Almeida Izidorio

O furto de fios elétricos no Brasil tornou-se uma realidade recorrente em vários Estados da Federação, não sendo diferente em Roraima, inclusive na capital de Boa Vista, de modo concentrado, em função da escala urbana de médio porte. Em Boa Vista ocorreu aumento significativo de aproximadamente 85% nos últimos anos, de crime de furtos de fios e cabos elétricos.

Os crimes de furto de fios e cabos elétricos, geralmente têm ocorrido no período da madrugada em praças públicas, pontes, semáforos, prédios públicos abandonados, usinas geradoras de energia solar e construções públicas ou privadas, bem como em bairros relativamente isolados. As razões para esse boom no furto de fios e cabos elétricos têm sido identificadas por um tripé de causas:

1) Surgimento de fluxo migratório venezuelano em situação vulnerável e que acaba se tornando facilmente recrutado por grupos criminosos;
2) Aumento de usuário de entorpecentes e outros grupos vulneráveis que realizam o ilícito como forma de abastecer o vício ou como estratégia de sobrevivência;
3) Expansão da quantidade de empresas de reciclagem, popularmente conhecidas como Ferro Velho, gerando potencial demanda por insumos lícitos e eventualmente ilícitos.

Diante deste complexo quadro de recrudescimento dos furtos de fios e cabos elétricos em Boa Vista surgiram rondas ostensivas de órgãos de segurança públicas, Guarda Municipal e Polícia Militar a fim de enfrentar esta problemática, tendo como destino final principalmente o 4º Distrito da Polícia Civil.

O 4º Distrito Policial que fica localizado na Avenida São Sebastião, bairro Tancredo Neves, setor oeste do município, onde a incidência de furtos de fios elétricos é alta, tem adotado ações estratégicas coordenadas em vários pontos na capital e interior, fiscalizando ferros-velhos e locais de compras de cobre. Dessa forma, foram identificados os receptadores, conduzidos e qualificados, juntamente com todo o material devidamente apreendidos e entregues a autoridade para medidas cabíveis.

Com esta ação estratégica contra o furto de fios e cabos elétricos foram obtidos resultados significativos na diminuição dos furtos ocorridos nas circunscrições do distrito policial. Houve uma diminuição de 50% das ocorrências logo após as operações, sendo que do dia 01/06/2021 a 17/09/2021 foram registrados 87 (oitenta e sete) boletins de ocorrências registrados sobre este fato e dos dias 17/09/2021 à 31/12/2021 a diminuição de registros foi para 44 (quarenta e quatro) boletins de ocorrências apenas.

Conclui-se com base nessa estratégia engendrada pelo 4º Distrito Policial, foram obtidos ótimos resultados rapidamente no curto prazo. Devido ao baixo raio de manobra desta única ação. Para que no médio e longo prazo haja uma diminuição dos índices de furto de fios e cabos elétricos são necessárias urgentes outras ações conjunturais junto a outros órgãos públicos, como Polícia Federal, Prefeitura e Governo do Estado, bem como institutos de reabilitação social e ONGs de atendimento humanitário.

CAPÍTULO 7

Crimes de Roubos e Furtos de Aparelhos Celulares

CRIMES DE ROUBOS E FURTOS DE APARELHOS CELULARES

Daminá de Souza Lameado
Ozicléia Macedo de Alencar

A área de circunscrição do 4.º Distrito Policial abrangem os bairros da zona leste da capital de Boa Vista, os crimes de roubos e furtos de aparelhos celulares são crescentes e na maioria das vezes esses crimes são cometidos nas primeiras horas da manhã ou no início da noite, o que abrange 40% dos registros de boletins de ocorrências.

As vítimas na maioria das vezes estão vulneráveis em paradas de ônibus ou em deslocamento no momento do crime. Na maioria dos casos a vítima por descrença nos serviços prestados pela polícia não registra boletim de ocorrência relativo ao crime e quando registra passar toma conhecimento do IMEI do aparelho celular (registro único de aparelho celular). Aproximadamente 70% das vítimas apresentam desconhecimentos do IMEI do aparelho celular de sua propriedade ou confundem a palavra IMEI com *e-mail*. No momento do registro do boletim de ocorrência 20% ou mais das vítimas não conseguem informar dados corretos relativos ao objeto, no caso do aparelho celular, modelo, cor, IMEI, pois ainda estão impactado, abalado, assustado em relação a agressão sofrida.

O 4.º Distrito Policial fica localizado na Avenida São Sebastião, numeral 2568, bairro Tancredo Neves, anexo ao prédio do 3.º Distrito Policial, tendo responsabilidade circunscricional dos bairros da Zona Leste, da capital de Boa Vista, bairros Equatorial, Dr. Silvio Leite, Silvio Botelho, Senador Hélio Campos, Alvorada, Pintolândia, Santa Luzia, Delegado Titular Emerson Luiz Freire, onde ocorre aproximadamente 85% dos crimes de roubos, furtos, receptação e tráficos de drogas. O que nos chama atenção é forma rápida de venda dos objetos subtraídos (aparelho celular) nas

plataformas de venda OLX e Markteplace/Facebook e assistências técnicas. Aproximadamente 15% destes celulares são vendidos para assistências técnicas para aproveitamento de peças ou para venda como aparelhos celulares seminovos. Neste sentido, as plataformas OLX e Markteplace/Facebook, ficam com 25% das vendas de aparelhos celulares de origem criminosa.

O Setor de Operação do 4.º Distrito Policial adotou nova estratégia no intuito de sanar a celeuma relativa aos crimes. Foram utilizados novos métodos de trabalho objetivando sanar a demanda do crime de roubos/furtos de aparelhos celulares, entre elas a busca de meios da recuperar os objetos em tela, investindo em conhecimento e preparo dos agentes.

Ademais, o 4.º DP passou a notificar as operadoras Telefônicas através de ofícios, afim de que a operadora nos fornecesse dados da pessoa que inseriu novo chip no aparelho celular, oriundo de crime de forma sigilosa. Informando as operadoras através de ofício o número do boletim de ocorrência e IMEI do aparelho celular.

Esta parceria com as operadoras telefônicas fez com que obtivéssemos resultados positivos de aproximadamente 60% na recuperação de aparelhos celulares, o que nos favoreceu identificar os supostos autores e envolvidos nos crimes de furtos/roubos e receptação. Podendo assim restituir o bem que muito das vezes a vítima ainda está pagando parcelas do bem recuperado.

Conclui-se com base nos resultados operacionais obtidos no 4.º Distrito Policial em Boa Vista, que o setor de Segurança Pública tem de investir e qualificar o agente plantonista da unidade para um atendimento mais humanizado no momento do registro de boletim de ocorrência, trazendo informações ao comunicante/vítima em termos de transparência e que fortaleçam o sentimento de confiança nos serviços prestados pela Polícia Civil.

CAPÍTULO 8

Técnicas de Investigação de Crimes de Roubo em Boa Vista-RR

TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DE ROUBO EM BOA VISTA-RR

Simone Arruda do Carmo

Ágatha Krystine Pinheiro de Matos

Diariamente são noticiados pelos meios de comunicações os crimes de roubos na cidade de Boa Vista e o presente estudo analisará os dados de registros de boletins de ocorrências do crime de roubos registrados nos anos de 2019, 2020 e 2021, apresentando em mapa pela quantidade de registros dos bairros da capital.

Hoje uma das problemáticas na investigação funda-se na grande demanda dentro dos distritos policiais da capital e a pequena quantidade de policiais lotados nas unidades, que além dos crimes de roubo, investigam os demais crimes de menor potencial ofensivo, e os crimes de furto e estelionato, que também demandam muito trabalho.

Quanto a problemática da escassez de policiais, cito à situação do 3.º Distrito Policial, que no ano de 2014 eram 34 (trinta e quatro) policiais e hoje em 2023 possuem 22 (vinte e dois) policiais, a escassez maior foi no cargo de delegados que em 2014 eram 4 (quatro) delegados, hoje contam com apenas 1 (um) delegado, em compensação a quantidade de crimes continuaram aumentando, juntamente com a população dos bairros, além do surgimento de novos bairros.

Com isto foi necessário a criação de soluções e estratégias visando equacionar as demandas e a quantidade de policiais para cumpri-las, uma delas é a priorização no atendimento dos crimes mais grave, que nos distritos policiais são os crimes de roubo, além

da ação logo após os crimes, buscando as provas periciais, imagens de áudios visuais que possam ter registrado a ação, bem como as testemunhas e identificação de possíveis pontos de receptação dos produtos subtraídos.

Assim, os policiais buscam a oitiva dos envolvidos com encaminhamento para realização do retrato falado, reconhecimento fotográfico, coleta de digitais no local dos crimes, técnicas empregadas que possa levar aos possíveis autores dos crimes de roubo, outra técnica é a análise da maneira que o crime foi praticado, ou seja, o *modus operandi*, que aliado as demais provas colhidas, leva a identificação que muitos autores de roubos, que em várias ações delituosas praticam mediante associação criminosa, com atuação em vários bairros da capital.

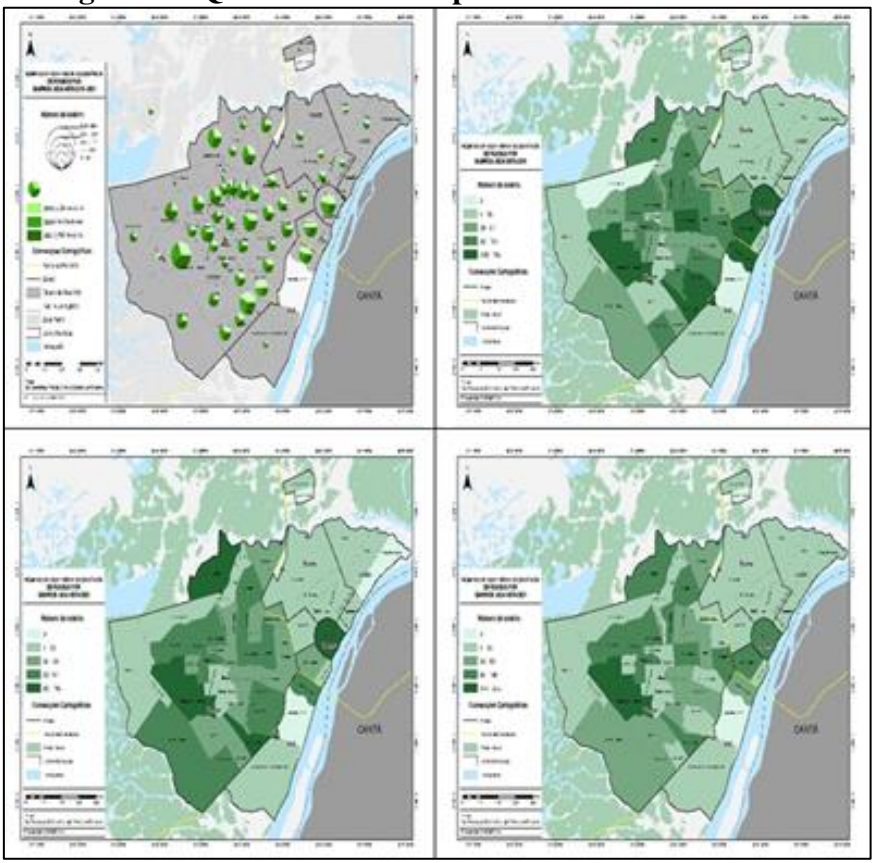
A investigação dos crimes de roubos hoje em Roraima conta com a participação efetiva da sociedade que realiza a divulgação e o fornecimento dos vídeos com imagens das ações dos criminosos, mecanismo que auxilia os policiais juntamente com as perícias no local dos crimes e o reconhecimento realizado pelas vítimas.

Assim, para equacionar a quantidade de demanda e a quantidade de policiais a serem empregados na elucidação dos roubos, o crime mais grave investigado pelos distritos policiais, também busca a utilização de mecanismos que auxilie na visualização dos locais mais violentos ou que tenham maior demanda de boletins de ocorrências, por meio de sistemas que auxiliem na visualização das áreas com maior incidência de ocorrências policiais.

Neste sentido, visando equacionar a demanda social e a quantidade de policiais, faz-se necessário também a utilização de análise da mancha criminal, trazendo à baila a visualização dos bairros com maior ou menor índice de registros de ocorrências policiais, assim podemos utilizar o sistema *ArqGiz* para expor no

formato de mapas os dados de estatística criminal. Nos últimos anos, tivemos um aumento na demanda quanto aos crimes de roubos que demonstra uma constante com variáveis de locais onde os crimes ocorreram, tal como observado na figura 1 que permite uma visualização comparativa de 4 mapas temáticos.

Figura 1 – Quadrantes de mapas temáticos sobre roubos



Fonte: Elaboração própria.

Conclui-se com base nas discussões levantadas, se faz necessário um olhar mais atencioso no que tange a quantidade de policiais e a quantidade de serviço que existe nos distritos policiais, sendo impossível a conclusão de todas as investigações, uma vez que a quantidade de serviço é superior a quantidade de servidores.

O estudo de caso faz perceber que a sociedade deixa de ser atendida, não por falta de vontade de trabalhar do policial, mas pelo excesso de trabalho que os distritos têm. Mas existem medidas que podem ser adotadas visando auxiliar o trabalho e a tomada de decisão quanto aos locais que mais precisam de atuação policial, e a análise dos dados por mapas, apresenta a localização geográfica de onde os crimes ocorreram e sua intensidade.

Diante das informações os policiais demonstram excelência na metodologia utilizada, *modus operandi* dos infratores, prevalecendo de mapas coroplético que tem fundamental importância, expondo dados, ano a ano ou integralizando os dados, em gráficos dentro do mapa, além de uma avalição por área, para que possa verificar quais regiões da cidade de Boa Vista contam com menor assistência policial, para assim remanejar funcionários para esses distritos e ser melhor aproveitado nas áreas com maior incidência, prestando o atendimentos demandado pela sociedade.

CAPÍTULO 9

Reestruturação da Central de Flagrantes da Polícia Civil em Boa Vista - RR

REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE FLAGRANTES DA POLÍCIA CIVIL EM BOA VISTA - RR

Marcus Antônio de Paiva Albano Júnior

Eudyafla Nogueira Chagas

Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, a Polícia Civil criou a unidade policial denominada Plantão Central, conforme Portaria 317/2012/GAB/DG no dia 10 de setembro de 2012, com atribuição específica de atendimento as ocorrências provenientes das demais forças policiais, visando lavrar os autos de prisões em flagrante realizadas, a fim de otimizar o atendimento e encaminhar ao judiciário os procedimentos gerados, facilitando o acesso dos demais forças policiais, o que deixaria as os distritos e unidades policiais especializadas livres, para atender as demandas com necessidade de investigações, enquanto o Plantão Central, lavra os procedimentos recebidos durante toda a semana, exceto os procedimentos de delegacias especializadas que atendem os procedimentos de flagrantes das 07h30min às 13h30min.

Desde a criação da unidade policial no ano de 2012, até o ano corrente, já decorreu uma década, e aconteceram vários fenômenos sociais que resultaram em mudanças significativas na cidade de Boa Vista, como por exemplo o crescimento populacional decorrente da migração venezuelana e atualmente o inchaço decorrente da desintrusão dos garimpeiros das terras indígenas, o esta ocasionando o aumento do número de ocorrências policiais sendo necessário repensar a estrutura do Plantão Central, tanto a de pessoal, quanto as instalações físicas.

A Central de Flagrantes funciona hoje as margens da BR 174, no bairro Distrito Industrial em parte do prédio construído visando o

funcionamento de um distrito policial, distante do centro da cidade e das unidades de apoio imediato como Instituto Médico e Odontológico Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação, não possui salas de atendimento individualizado ou equipe multidisciplinar composta por tradutor-intérprete de libras, psicólogo, terapeuta ocupacional ou assistente social.

Centralizar o atendimento das ocorrências flagranciais torna célere a resposta da polícia as vítimas, a sociedade e ao judiciário. Humanizar o atendimento, com uma equipe multidisciplinar já citada acima é de extrema importância para que a resposta do Estado seja ainda mais efetiva e completa.

No sentido de corroborar esta necessidade, observa-se o quantitativo de boletins de ocorrências registrados na unidade policial plantão central, constantes no Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública Procedimentos Policiais Eletrônicos - SINESP PPe, implantado no ano de 2014, sendo utilizado pela unidade policial à partir do ano de 2016, vejamos os seguintes anos 2016 a 2022, respectivamente com o registro evolutivo positivo relativamente estável de boletins de ocorrência, passando de 8.065 para 9.114.

Pode-se dizer ainda que a Central de Flagrantes é a maior unidade geradora de informações de inteligência policial e dados estatísticos para a Polícia Civil, de onde a partir do atendimento de uma situação flagrancial, começam outras investigações ou se complementa aquelas em curso nas outras unidades, necessitando da criação de um núcleo de inteligência e análise de dados dentro da referida unidade policial.

Ademais, a Polícia Civil desde o ano de 2003, realizou até hoje apenas um concurso, onde a diminuição do efetivo, pela aposentadoria ou exoneração são fatos que prejudica toda a instituição e principalmente o atendimento em unidade de tamanha

importância, outro ponto a ser avaliado é que a Polícia Militar aumentou seu efetivo, proporcionalmente ao aumento populacional, inclusive a Guarda Municipal, também teve concurso e contratações, além de investimentos em equipamentos de monitoramento das vias e praças públicas, enquanto a polícia civil está realizando concurso para contratação de menos de 1/3 da quantidade de cargos vagos.

Conclui-se então que a unidade Central de Flagrantes é a principal unidade de atendimento dentro da estrutura da Polícia Civil do Estado de Roraima, atendendo as ocorrências flagranciais de maneira célere, deixando as outras unidades livres para que possam concentrar em investigações das suas áreas de atuação, mas é necessária uma reestruturação, principalmente de pessoal e estrutura física, com o incremento de novos integrantes e também uma equipe multidisciplinar, minimizando a vitimização da população carente de atendimento policial.

Além da necessidade dos gestores buscarem parcerias junto a rede estadual/municipal, fica indicada a ampliação de interação no atendimento social e multidisciplinar junto como o CRAS, CREAS, unidades de saúdes, conselhos tutelares, para atuarem também junto a Central de Flagrantes e não apenas junto as delegacias especializadas.

CAPÍTULO 10

Central de Flagrantes e
Atendimento à Mulher Vítima de Violência

CENTRAL DE FLAGRANTES E ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Luana Lucena Machado

A central de flagrantes é a unidade policial que atende todas as ocorrências flagranciais do estado e junto com essa demanda atende também a violência contra as mulheres. O estado de Roraima segundo dados tem um dos maiores indicies de violência contra a mulher e embora exista a delegacia da mulher que é especializada nesse atendimento a central também atende em grande número essa demanda, porém sem um atendimento especializado e humanizado.

Os crimes de violência contra a mulher atendidos na central de flagrantes no ano de 2020 foram ao total de 1.276 do total de 7.141 atendimentos realizados sendo 49% realizados através de Relatórios Policiais entregues e 50,55% de Boletins de Ocorrências registrados pelas vítimas. E essas demandas são atendidas na grande maioria no horário da noite e madrugada. A problemática se dá pelo fato da central de flagrantes não ter um atendimento humanizado com uma demanda de tempo maior, falta de local apropriado para oitivas e falta de atendimento especializado e um olhar mais apurado em sanar dúvidas para as mulheres imigrantes venezuelanas que não entendem português.

Para tentar sanar esses problemas e tentar humanizar o atendimento à mulher vítima de violência a gestão da PCRR implementou a SALA LILAS que de forma simbólica tem as cadeiras lilás e de uso especifico para atendimento as mulheres. Ao chegar na unidade os policiais de pronto atendimento deslocam as vítimas que muitas vezes chegam com os filhos para a sala lilás e

explicam como será todo o atendimento dela de forma humanizada e acolhedora.

Vale ressaltar que os gestores organizaram e ministraram um curso de aperfeiçoamento para os policiais lotados na central de flagrantes, abordando toda a Lei Maria da Penha no tocante sobre os pedidos de medida protetiva de urgência, falando sobre a necessidade de um atendimento acolhedor e que respeite a individualização da mulher e do caso concreto em si. A gestão da polícia civil informou sobre o formulário de risco constante no sistema de boletins *online* (PPE), formulário esse que a mulher vítima responde de próprio punho várias perguntas que ajudam o judiciário a entender melhor o que está acontecendo com ela e o juiz deferir ou não o pedido de medida protetiva de urgência.

Após essas ações a coordenação da unidade e os policiais começaram a colocar em ação todo aprendizado e toda mulher ao chegar como vítima de qualquer violência e encaminhada para a sala lilás e atendida de forma acolhedora e humanizada, mesmo que a delegacia esteja cheia de atendimentos de crimes dos mais variados possíveis essa mulher estará na sala lilás longe de ser constrangida e intimidada, uma vez que junto com a chegada das ocorrências sempre chega imprensa e demais envolvidos tumultuando e deixando a delegacia agitada.

Com a chegada da sala lilás aflorou nos policiais da unidade o senso de acolhimento para as mulheres vítimas de violência e toda a demanda que junto vem com essa violência, como exemplo, crianças que as acompanham, a fome que muitas sentem, a falta de absorvente e como explicar sobre tudo isso para as vítimas venezuelanas? E mesmo explicando para as mulheres sobre a medida protetiva elas estão abaladas emocionalmente naquele momento, como vão lembrar?

Devido a tanto que precisava melhorar, os policiais da unidade resolveram fazer um esforço e ajustar para que esse atendimento as mulheres vítimas fossem mais apuradas e humanizadas possível. A sala lilás foi decorada com frases motivacionais e um espaço em cartolina para elas escreverem como querem se sentir nos próximos meses quando se livrar de um relacionamento abusivo e foi confeccionada uma cartilha onde e explicado sobre a medida protetiva e frases motivacionais para que elas leiam quando se acalmarem.

Uma medida tomada pelos policiais da central de flagrantes foi pedir a doação de brinquedos e fazer um cantinho de acolhimento infantil, essa ação atende as mães que levam suas crianças para a delegacia e ajuda os policiais no atendimento, uma vez que as crianças brincando se mantêm mais calmas e às mães vítima conseguem responder as perguntas esclarecendo os fatos ocorridos com mais tranquilidade. A fim de humanizar cada vez mais o atendimento à mulher vítima de violência, os policiais da unidade buscam doações de absorventes para doar as mulheres vítimas e que se estende as mulheres infratoras também.

Conclui-se que essa demanda precisa de muita ação humanizada e que muito vem sendo feito, mas percebe-se que muito precisa ser feito e sugerimos que a gestão faça uma parceria com as faculdades de Direito e Psicologia para os alunos possam estagiar na central de flagrante e no tocante atender as mulheres vítimas de violência, bem como a sala lilás se estenda as demais delegacias, uma vez que as mulheres recorrem a elas também. Espera-se que cada vez mais o atendimento à mulher vítima de violência seja humanizado e acolhedor para que a revitimização não aconteça.

CAPÍTULO 11

Critério na Investigação de Violência Contra a Mulher

CRITÉRIO NA INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Shirley Pereira Lopes Araújo

A violência doméstica e familiar na cidade de Boa Vista mesmo com toda a orientação e medidas previstas na Lei 11.340/06, conhecida como Lei "Maria da Penha" é um dos crimes mais investigados pela Polícia Civil do Estado de Roraima.

Nesse contexto demonstram-se inúmeros casos de violência contra a mulher, o presente estudo de caso analisa a investigação de um crime de estupro ocorrido ano de 2015; traz a realidade vivenciada rotineiramente na Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM, atualmente localizada dentro da Casa da Mulher Brasileira.

Um cidadão de aparente conduta ilibada praticou um delito de estupro, escolhendo a vítima de forma aleatória e com a "certeza" da impunidade, afirmou para esta que nada lhe aconteceria, pois deixaria o Estado em poucos dias.

O caso foi atendido pela DEAM e, após a oitiva da vítima a qual descreveu com riquezas de detalhes o que havia ocorrido, a produção do retrato falado e imagens do local onde a vítima foi abordada, uma equipe de policiais passou a investigar com afinco, pois corria contra o tempo para encontrar o agressor.

A investigação parecia fácil em razão dos elementos alhures citados, porém na prática se revelou complicada, pois as imagens eram de má qualidade e não permitia nem a própria perícia verificar a placa e um detalhe no veículo que pudesse identificá-lo corretamente, o que demorou em ser revelado. Então a equipe passou

a trabalhar de maneira rudimentar, fazendo o levantamento de todos os veículos daquela marca/modelo e das cores que poderia ser, dos endereços dos proprietários, até mesmo com apoio de outras Unidades Policiais e em diversos horários, trabalho esse investigativo.

Poucos dias depois, a perícia identificou o detalhe do veículo, as investigações se intensificaram e diversas diligências foram realizadas, todavia até aquele momento sem êxito. Ocorre que depois de muito debruçar nas informações prestadas pela vítima, os detalhes passaram a fazer a diferença e a investigação foi concentrada em um determinado bairro da cidade e arredores, ainda havia muitas "pontas" soltas, pouco tempo para investigar e poderia restar sem a solução desejada, pois a equipe estava trabalhando quase que exclusivamente em cima dos detalhes revelados pela vítima.

O trabalho da equipe foi tão intenso que em um fim de semana, aproximadamente dez dias após o crime, o agressor foi localizado. Os detalhes do local coincidiam com as informações levantadas, foi realizada a perícia no local do crime e a vítima se disponibilizou a ir ao local com os familiares e identificou particularidades que apenas o agressor, morador do local sabia.

Dois pontos interessantes dessa investigação, do ponto de vista da vítima: o momento em que os advogados do agressor tentaram desacreditar a vítima e esta afirmou que havia estado ali e que a tampa do vaso sanitário estava rachada, pois tinha vomitado no local, visto fato constatado por todos os policiais e testemunhas ali presentes. E o retrato falado mais "fiel" já visto durante uma investigação, "quase" uma fotografia e, tantos outros relatos que a vítima foi fazendo que não restou dúvida.

O procedimento policial foi realizado, em audiência de custódia o flagranteado foi mantido preso. O que restou demonstrado: um caso de estupro aleatório, pois o agressor não

conhecia a vítima; realmente o agressor iria embora do Estado dois dias depois da data de sua localização, fato comprovado por documentos; a vítima, mesmo diante de uma violência brutal se atentou a detalhes e a equipe de policiais deu credibilidades a essas informações prestadas por ela e foi em busca do resultado, não permitindo que o delinquente se livrasse impune da situação, cumprindo a lei e amparando a vítima juntamente com a parceria entre as Unidades Policiais e a Perícia foi fundamental para a resolução positiva.

O caso mesmo noticiado de maneira resumida repercutiu, principalmente quanto à habilidade da Polícia Civil em desvendar o caso de um crime de estupro envolvendo pessoas sem qualquer vínculo pessoal, com provas inquestionáveis. O agressor foi condenado definitivamente a pena de reclusão, inicialmente em regime fechado e na sentença há menção para a "minuciosa investigação realizada pela Polícia Judiciária".

CAPÍTULO 12

Sala Lilás do IML – Serviço Especializado no Atendimento à Mulher em Roraima

SALA LILÁS DO IML – SERVIÇO ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO À MULHER EM RORAIMA

Marcela Campelo Pereira

O fenômeno da violência contra a mulher no Brasil é antigo e se perpetua por fatores socioculturais e por valores patriarcais e machistas que ainda hoje permanecem enraizados em nossa sociedade. A evolução do aparato legal nas últimas décadas, no combate aos impactos dessa violência à saúde das mulheres, incentivou mudanças no acolhimento e atendimento realizados nos âmbitos das Unidades Policiais, incluindo os Institutos de Medicina Legal em todo o país. Em Roraima, a implantação da Sala Lilás no Instituto de Medicina Legal de Roraima (IMLRR), no ano de 2016, como um ambiente exclusivo e humanizado, torna-se um marco no enfrentamento da revitimização das mulheres e meninas assistidas.

O IMLRR é único no estado e concentra todos os exames periciais requisitados pelas autoridades policiais. Nos últimos sete anos, é possível observar um aumento gradativo do número de casos de violência contra a mulher em Roraima, chegando a uma média de 137 exames periciais em mulheres e crianças, no ano de 2022. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Roraima possui a segunda maior taxa de aumento de estupros e estupros de vulnerável no primeiro semestre de 2022, com 51,4%, taxa quase quatro vezes maior que a média nacional, de 12,5%.

O Instituto possui estrutura física da década de 80, com alterações pontuais que não acompanharam o crescimento populacional do estado e as inúmeras demandas que surgiram desde então. Assim, mulheres e crianças vítimas das diversas formas de

violência, por muitas vezes se deparavam com seus agressores enquanto aguardavam atendimento no mesmo ambiente.

Na tentativa de modificar essa triste realidade, a direção do IML/RR, pela primeira vez feminina, propôs mudanças e adaptações em salas pré-existentes, a fim de receber, acolher e principalmente preservar a intimidade das mulheres, nesse momento de tamanha vulnerabilidade, propiciando um ambiente mais acolhedor e menos inóspito, denominado Sala Lilás. O espaço é subdividido em sala de acolhimento e escuta, brinquedoteca e uma sala de exame equipada.

Além da problemática estrutural, fazia-se necessário humanizar o atendimento prestado pelos servidores do Instituto, na sua grande maioria homens. Diante da ausência de cargos de assistência social, psicologia e/ou áreas afins no quadro da Policia Civil, em cooperação técnica com as Secretarias de Saúde e de Assistência e Bem-Estar Social do Estado, servidoras mulheres foram cedidas e capacitadas para compor a equipe de atendimento da Sala Lilás no IML/RR.

Portanto, apesar de não possuirmos número suficiente de Peritas Médicas Legistas e Peritas Odontolegistas para atendimento exclusivo 24 horas, todos os dias, todas as mulheres e meninas assistidas são acolhidas, orientadas e acompanhadas durante os exames, por uma funcionária mulher.

Ao criar um setor exclusivo, é possível desenvolver ferramentas únicas que possibilitam extrair dados imediatos e fidedignos, compartilhados não só com a Segurança Pública, bem como outras Secretarias e Órgãos que colaboram com a construção de Políticas Públicas pertencentes à Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher.

A existência de um atendimento especializado em mulheres vítimas de violência, desde 2016, propiciou ao IML/RR acompanhar todas as fases de criação da Casa da Mulher Brasileira, espaço

integrado e humanizado que une vários serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pertencente à SETRABES, inaugurada em 2019. Além de ser integrante do Conselho Gestor da Casa, a direção do IML/RR e equipe da Sala Lilás colaboram na formação e educação continuada dos servidores da Casa e daqueles que compõem a rede de apoio.

A Sala Lilás do IML/RR serviu de estímulo também para outras Unidades da Policia Civil. Em 2022 por exemplo, foi inaugurada uma brinquedoteca no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (NPCA) voltada para o atendimento humanizado de crianças vítimas de violência, na intenção de se sentirem acolhidas quando estão na delegacia.

Isto posto, vale destacar que a Sala Lilás propiciou ao IML/RR visibilidade e destaque na atuação da Polícia Civil e suas articulações junto às instituições governamentais e não governamentais, visando melhorar a qualidade do atendimento, encaminhamento mais adequado e o desdobramento de novas e efetivas estratégias de prevenção à violência contra a mulher na segurança pública.

Ainda que a mudança estrutural fosse imprescindível, nosso maior desafio ainda tem sido desconstruir a cultura da sociedade, na qual nossos profissionais homens e mulheres que aplicam as políticas e atendem nos serviços de acolhimento à violência, estão inseridos. É preciso entender quem são essas mulheres que denunciam a violência que sofreram e, mais ainda, reconhecer que a tendência maior é suportar em silêncio, portanto a subnotificação é um fator preponderante, tornando constante nosso atuar combativo.

CAPÍTULO 13

A Atuação Feminina nos Crimes Graves

A ATUAÇÃO FEMININA NOS CRIMES GRAVES

Simone Arruda do Carmo

Ágatha Krystine Pinheiro de Matos

É histórico que no Brasil os crimes em sua maioria são cometidos por homens, no entanto, essa realidade tem mudado, mulheres tem cada vez mais participação ativa na prática dos crimes, e não somente aqueles a qual a sociedade está familiarizada, que são os crimes passionais ou de maternidade (infanticídio e aborto), mas crimes cada vez mais violentos e com crueldade.

Crime mais comuns atribuídos a mulheres em uma sociedade, eram os passionais, crimes de menor potencial ofensivo e crimes relacionados a gênero. Mudança no paradigma da participação das mulheres em crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, roubos e homicídios, praticados visando o domínio de território.

Neste contexto, Boa Vista capital do estado de Roraima, tem acompanhado a mudança ocorrida no Brasil, onde cada vez mais as unidades policiais têm atendido ocorrências em que as mulheres deixaram de serem vítimas, e passam a ser infratoras, o que evidenciam uma mudança no cenário criminal, que antes era predominantemente dominado por homens, passou a ter uma significativa participação feminina.

Com as crescentes notícias de crimes cometidos por mulheres ou por ordem delas na cidade de Boa Vista, se faz necessário um estudo sobre esse fenômeno, para que possa se compreender o porquê cada vez mais mulheres tem se tornado membros de Organizações Criminosas - ORCRIM, e porque quando

os crimes que têm sua participação possuem características mais cruéis que os praticados pelos homens, fato que sempre chama atenção ao leitor.

Neste sentido podemos citar dois crimes que impactaram a população, um praticado pela tia e prima que como membro de organização criminosa, levaram a sobrinha ainda menor para que fosse "julgada" por ser membro de outra ORCRIM, e ao final foi torturada e decapitada, além deste caso tivemos nos mesmos moldes o assassinato de uma adolescente que teria namorado membro de uma ORCRIM rival, e por isso ela também foi torturada e decapitada, onde os crimes foram até mesmo filmados e divulgados, como forma de mostrar poder dentro e fora da ORCRIM.

Além dos homicídios observa-se um aumento crescente de mulheres presas pela prática do crime de tráfico de drogas, onde elas após a prisão do companheiro assumem a "boca de fumo" que era coordenada por ele, antes de sua prisão.

As mulheres vivem uma luta histórica para obterem sua independência e mostrarem sua força e até mesmo poder, isso vem desde a conquista do voto feminino em 1932, até a luta por paridade que se arrasta até os dias de hoje, sempre tendo que se esforçar mais, e mostrar mais do que o homem, para ocuparem lugares de destaque, lugares esses que por tantas vezes é ocupado por um homem menos qualificado pelo simples fato de ser do gênero masculino.

O mundo do crime sempre foi um lugar de domínio masculino, os lugares de destaque, as brigas por território, sempre de dominância masculina e para que uma mulher conseguisse adentrar para esse mundo, assim como em outros espaços, teve que fazer além do que qualquer outro homem faria por isso crimes cometidos por mulheres são sempre mais violentos, pois precisam sempre estar se reafirmando para alcançarem respeito e destaque.

Mediante a discussão do estudo, conclui-se que as mulheres conquistaram os lugares que gostariam com muita luta, não sendo diferente no crime, avaliando os casos que ocorreram em Boa vista, podemos observar que sua grande maioria, foi muito violenta, desumana, procurando sempre se destacarem, através de fatos cruéis e bárbaros, mas sempre pela mesma narrativa, ter que mostrar mais, fazer além por ser mulher, sempre sendo subjugada, tendo que sempre estar pronta para fazer mais.

CAPÍTULO 14

A Revolução dos Mortos: Rompendo Paradigmas e Derrubando os Índices de Homicídios no Setentrião

A REVOLUÇÃO DOS MORTOS: ROMPENDO PARADIGMAS E DERRUBANDO OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO SETENTRIÃO

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

O Estado de Roraima foi proporcionalmente o estado no país com a maior alta no número de homicídios no primeiro semestre do ano de 2021, com aumento de 40,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (2020). Impende registrar que esse percentual é inversamente proporcional à tendência de queda nacional no importe de 8% (oito por cento), segundo dados consolidados, em agosto de 2022, pela ferramenta *Monitor da Violência* administrada pelo Portal G1.

O que estaria ocorrendo na unidade federativa, e, mais precisamente na capital; mortes violentas que passaram a não ser definidas mais por horários ou locais, execuções e espostejamento como ícones de estruturas de poder deixados em encruzilhadas diversas; o diagnóstico inicial indicava que, indene de dúvidas, vivia-se uma explosão de violência nunca d'antes testemunhada, lastreada pela maior alta semestral nacional na taxa de homicídios por unidade federativa, tendência flagrante na contramão dos índices nacionais.

É nesse contexto que fomos designados para coordenação e supervisão administrativo-operacional do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o qual subordina a Delegacia-Geral de Homicídios (DGH), o Núcleo de Investigação de Pessoas Desaparecidas (NIPD) e a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO), competindo-nos a elaboração

de uma diagnose e de medidas de aperfeiçoamento serviço público policial civil.

O preciso diagnóstico do teatro de operações revestiu-se de fator primordial para o início do trabalho. A identificação de uma causa primária, a saber: mineração ilegal, vulgarmente conhecida como "garimpo" e das causas secundárias tais quais: a imigração ilegal, ordinariamente travestida de refúgio, a importação das guerras particulares de organizações criminosas estrangeiras (facções venezuelanas) e a corrupção de agentes de segurança pública, notadamente estaduais, delineou bases de atuação.

Não é despiciendo frisar que, no âmbito do serviço público policial civil, assumiu-se a vanguarda no que tange ao aperfeiçoamento operacional e cartorário, considerando o "consagrado" engessamento das atividades pela aplicação de metodologias antiquadas e de um excesso de formalismo/rigorismo que subsidiava a ineficácia na apuração da autoria e materialidade das mortes violentas que pululavam no noticiário jornalístico local, aumentando a sensação de insegurança da população e encorajando a prática de outros crimes.

Dentre as medidas de cunho operacional, integrou-se as etapas preliminar e de seguimento na investigação; fora determinada a formação de equipes mistas que passaram a contar com integrantes da perícia criminal e médico-legal; formalizou-se uma cartilha básica de práticas investigativas e rotina de trabalho.

No que tange às medidas relacionadas à prática cartorária, optou-se por realizar uma divisão lógica do trabalho, com auxílio da Corregedoria-Geral de Justiça, no tocante à criação de áreas de atuação no ambiente PROJUDI, bem como definiram-se os marcos de apuração estatística, relacionados à produtividade e aos índices de elucidação, aptos a subsidiar decisões posteriores de valorização profissional com base na meritocracia.

Em suma, constata-se que o resultado e o sucesso da ousada estratégia aplicada restaram auferidos no exercício seguinte transfigurando-se como uma verdadeira revolução, que colocou as vítimas, ou melhor, os mortos, como prioridade na tomada de ações, registrando a Unidade Federativa (UF) a maior queda no primeiro semestre do ano de 2022 em relação ao ano de 2021 no importe de 14,1% (quatorze vírgula um por cento), bem como, para nossa satisfação e realização profissional, a segunda maior queda anual entre todas as UF, considerando-se 2022 em relação a 2021, alcançando um índice percentual de queda de 34% (trinta e quatro) por cento, índices também desvelados pela mencionada ferramenta em fevereiro e março de 2023, respectivamente.

A solução apresentada representa um *leading case* de sucesso, mormente se levar-se em consideração o contexto de *boom* populacional provocado pelo êxodo venezuelano e minerário.

Inobstante o sobredito êxito, forçoso crer que é preciso repensar a política imigratória, interna e externa, diga-se de passagem, fazendo cumprir a legislação de regência desnudada de interpretações a *contrario sensu*, bem como que se proceda a um redesenho do sistema de segurança pública estadual.

CAPÍTULO 15

Problemática da Identificação Criminal
Sem o Processo de Cadastro Biométrico
(Datiloscópico e Fotográfico) no Processo Criminal

PROBLEMÁTICA DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL SEM O PROCESSO DE CADASTRO BIOMÉTRICO (DATILOSCÓPICO E FOTOGRÁFICO) NO PROCESSO CRIMINAL

Franciana Francelina de Brito

David Menezes Filho

A necessidade de discernir os sujeitos que potencialmente representavam uma ameaça à sociedade forçou a procura pelo método mais eficiente de promover a identificação humana e, com isso, fez com que a identificação criminal evoluísse ao longo do tempo, que permite a fundada veracidade da respectiva identificação do indiciado pela Autoridade Policial no decorrer do processo.

A multiplicidade de nomes diferentes para um mesmo indivíduo que responde processo judicial ou esteja em cumprimento de pena, é uma prática que deve ser repelida, promovendo assim, segurança jurídica do mesmo ou de terceiro que nada tem a ver com ilicitude cometida. A identificação criminal é realizada, porém com uma lacuna quanto a sua interpretação e aplicabilidade (LEI Nº 12.037/2009). Pode a identificação criminal ocorrer sem o processo datiloscópico e fotográfico?

Desde 2003, o Instituto de Identificação de Roraima possui tecnologia automatizada de banco de dados multibiométrico (datiloscópico e facial), que permite a determinação da identificação de indivíduos, mediante a inclusão de dados obtidos pelo processo de identificação criminal. Quando a Autoridade Policial não está atenta as diretrizes estabelecidas, gera um lapso no banco de dados, e com isso, impossibilita a determinação da identidade da pessoa.

A estratégia adotada no sentido de resolver a problemática da identificação criminal, consiste em que, todo o pedido ou anotação de identificação criminal deve constar o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação (Art. 5º da LEI Nº 12.037/2009). Desta forma é possível de maneira eficiente realizar a individualização e confirmação da identidade da pessoa indiciada ou investigada.

O instituto de Identificação da PC/RR disponibiliza o cadastro multibiométrico para pessoas civilmente identificadas ou não, e que pode ser utilizado no caso de indivíduos suspeitos, pois não caracteriza um pedido de identificação criminal, porque não atribui ao sujeito crime algum, porém, tem a finalidade de atestar uma identidade ou uma possível identidade da pessoa submetida ao processo de identificação criminal.

Esse cadastro multibiométrico é bastante utilizado para verificar a existência de um registro anterior de identidade civil e ou criminal de pessoas (sendo estrangeiras, de outras unidades da federação ou sem identidade civil), podendo atender demanda na emissão de atestado de nada consta civil e ou criminal, este último, na emissão de atestado de antecedentes em conformidade com a legislação vigente.

Concluímos que, por ser a identificação criminal imprescindível para persecução penal, é relevante que ocorra procedimento correto processo datiloscópico e fotográfico, para tornar exclusiva determinada pessoa, direito do Estado, evitando-se com isso o erro judiciário. O CONSUPOL/PCRR (Conselho Superior da Polícia Civil de Roraima) deveria analisar a problemática levanta e manifestar procedimento que corrobore na solução das identificações criminais em Roraima.

Enquanto não resolvido a problemática levantada do procedimento atual nas identificações criminais (com ou sem processo datiloscópico e fotográfico), o cadastro multibiométrico é ferramenta essencial na identificação de suspeitos investigados ou indiciados, bem como daqueles autuados em flagrante delito, evitando assim, que um indivíduo pague por um crime que o mesmo não tenha cometido, em razão de sua biometria não ter sido confirmada anteriormente.

CAPÍTULO 16

Mortalidade no Trânsito em Roraima

MORTALIDADE NO TRÂNSITO EM RORAIMA

Antonio Alberto de Medeiros Ferreira

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima em 45 mil mortos anuais e R$ 50 bilhões de custo econômico o resultado dos acidentes de trânsito no Brasil. A Seguradora Líder produziu o Relatório Especial de 10 anos da taxa de mortalidade no trânsito, registrou mais de 485 mil indenizados por mortes no trânsito e apontou que no início dessa série histórica, Roraima ocupava o 9° lugar, após 10 anos, evoluiu, de forma mais nefasta, para o 5° lugar no ranking nacional de Estado com maior mortalidade por habitante.

Tomando como referência essa temática, no caso de Roraima, os exames de corpo de delito de necropsia por acidentes de trânsito são todos realizados no único Instituto de Medicina e Odontologia Legal de Roraima (IMOL-RR), conforme o ordenamento jurídico vigente, em especial, o Capítulo II, do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral, do Decreto-Lei n° 3.689/1941, combinado com o inc. IX, Art. 6° da Lei n° 5.081/1966 e o parágrafo único do Art. 63, aprovado pela Resolução CFO-63/2005.

Considerando a altíssima demanda no IMOL-RR de exames de corpo de delito de necropsia por acidentes de trânsito, despertou o interesse no autor de se qualificar e trabalhou esse tema em seu doutoramento na Faculdade São Leopoldo Mandic, Campinas-SP "Aspectos éticos, legais e epidemiológicos da mortalidade no trânsito em Roraima", para obter informações e subsidiar gestores e a sociedade, na elaboração de programas e estratégias de políticas

públicas voltadas à realidade local, com vistas a efetivar ações para o trânsito seguro.

A pesquisa no IMOL-RR foi trabalhada na tese: sexo masculino (85,2%); cor parda (81,5%); residentes em área urbana (81,5%); na capital (66%); solteiros (66,7%); idade 20 a 39 anos (53,3%); realizou-se mais necropsia no domingo (20,5%); contusão (96,2%); fratura (75,5%); escoriação (73,6%); e trauma crânio-encefálico (60,4%); as partes mais atingidas foram a cabeça (69,8%); os membros inferiores (66,0%); a face (54,7%); o tórax (51%); e a causa mortis se relacionou ao trauma na cabeça (43,4%).

Resultados científicos do doutorado: tese na SLMandic; Aspectos epidemiológicos e deontológicos da mortalidade no trânsito em Roraima, Revista Bioética. CFM, 2020 28:156-165; Direito fundamental à vida, à saúde e à segurança do trânsito x elevada mortalidade no trânsito em Roraima, X Congresso Jurídico do Estado de Roraima. CEJURR, Centro Universitário Estácio da Amazônia e UFRR, 2018; Perfil epidemiológico da mortalidade por acidentes de trânsito em Roraima, Amazônia Legal Brasileira, Brazilian Oral Research, 2017, 31:381.

Visando contribuir diretamente com a sociedade em defesa da vida, protocolou-se documentos junto às instituições (ALE-RR, CMBV-RR, DETRAN-RR, GOV-RR, MP-RR, OAB-RR, PMBV-RR e TJ-RR), com recomendações: velocidade máxima de 50 km/h nas vias urbanas em Roraima; sinalizações na faixa de pedestre; velocidade máxima de 30 km/h que antecede a faixa de pedestre; ênfase na educação para segurança no trânsito, com mobilização da sociedade; ampla e adequada sinalização; e faixa de pedestre em pintura 3D.

Conclui-se que a questão operacional no IMOL-RR foi aperfeiçoada, na medida em que a relevância desse tipo de qualificação profissional, *stricto sensu*, gerou uma série de

competências para um trabalho pericial cada vez melhor e com maior efetividade nessa temática, portanto, parcerias com instituições e a qualificação permanente dos Peritos Oficiais de Natureza Criminal são fundamentais para o bom serviço prestado pelo IMOL-RR, em iluminar cientificamente a Justiça Criminal, para uma sociedade cada vez mais justa e humana!

Existem, porém lacunas evidenciadas pelo conhecimento científico que merecem recomendações:

a) preencher as 20 vagas de Peritos Odontolegistas, previstas no Anexo I da Lei Complementar n° 055, de 31/12/2001, para implantar Divisões Especializadas de Odontologia Legal nas áreas de: Necropsia, Identificação Humana, Traumatologia no vivo, Radiologia e Imaginologia, dentre outras, para atender a população todos os dias da semana, inclusive nos fins de semana e feriados;

b) instalar o Flatscan, solicitado pelo autor na reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública em 2010 e entregue ao IMOL-RR em 2015, aguarda instalação há 8 anos.

O Flatscan é a mais moderna tecnologia de radiologia digital auxiliar em necropsia, gera em poucos segundo imagens com alta resolução e padrão de qualidade, que contribuirá para a eficiência do serviço e diminuirá o tempo de resposta do IMOL-RR, na liberação de corpos vítimas de: acidente de trânsito, fraturas, traumatismos em geral, arma de fogo, corpos em estado de putrefação e ainda, eventos e situações emergenciais e de alta complexidade, que exigem uma célere resposta do trabalho humanitário-pericial do IMOL-RR.

CAPÍTULO 17

Odontologia Legal: Projetos Exitosos no IMOL-RR

ODONTOLOGIA LEGAL: PROJETOS EXITOSOS NO IMOL-RR

Antonio Alberto de Medeiros Ferreira

O Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL-RR) é o único órgão da Polícia Civil do Estado de Roraima (PC-RR) que tem competência legal para realizar exames periciais e o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de Medicina Legal e Odontologia Legal. Sendo notório o reconhecimento do quantitativo extremamente reduzido de Peritos Legistas no IMOL-RR, tendo em vista os afastamentos por diversas aposentadorias e exonerações a pedido, inclusive a situações de suspensão coletiva de férias como no ano de 2013.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreu uma significativa variação no Estado de Roraima, da população projetada em 2004 de 383.083 para a estimada em 2021 de 652.713 pessoas, representando um elevado crescimento populacional em torno de 70% (setenta por cento), há de se considerar também a evolução da criminalidade no Estado. Frente a essa situação problema de um lado o efetivo reduzidíssimo de Peritos Legistas e de outro, o expressivo aumento populacional gerando elevada demanda, realizaram-se qualificações para os profissionais da Odontologia lotados no IMOL-RR a seguir detalhada.

Visando contribuir para a continuidade dos trabalhos essenciais realizados pelos Peritos Legistas realizou-se em Boa Vista/RR o *Curso de Pós-Graduação de Odontologia Legal*, em nível de Aperfeiçoamento com 200 horas, através da parceria entre as instituições: Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado de Roraima (DGPC-RR); Academia de Polícia Integrada Coronel

Santiago (APICS-RR); e IMOL-RR. Participaram da referida qualificação oito profissionais da Odontologia lotada no IMOL-RR, cujo resultado foi tão expressivo que todos foram nomeada peritos legistas, com o objetivo de suprir a necessidade do serviço até a realização de concurso público para o novo efetivo de Peritos Odontologistas.

Em continuidade à qualificação dos profissionais *nomeados foram realizadas mais duas importantes iniciativas locais, o Projeto Piloto do Banco de Dados Multibiométrico Odontológico*, realizado na Penitenciária Agrícola Monte Cristo (PAMC) no Estado de Roraima, conforme Memorando nº 168/2019/IML/PC/SESP/RR, de 06/02/2019; e o *Curso de Pós-Graduação de Reconhecimento Facial* em nível de Aperfeiçoamento de 200 horas na APICS-RR, com apoio da Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL). Todas as qualificações foram elaboradas e coordenadas pelo autor deste capítulo em função da experiência prévia em curso *stricto sensu* na Faculdade São Leopoldo Mandic (SLMandic).

Os peritos legistas egressos das referidas qualificações, adquiriram as competências para realizar exames e laudos de corpo de delito de integridade física e de lesões corporais: contusas; arma branca; arma de fogo; térmicas; radiantes; báricas; e elétricas. E ainda realizam análises anatômicas craniofaciais e regiões anatômicas adjacentes de interesse pericial para Identificação Humana, bem como para o futuro Banco de Dados Multibiométrico Odontológico do IMOL-RR. E o resultado social desses laudos realizados pelos Peritos em Odontologia, além de resolver integralmente a demanda das autoridades requisitantes sediadas no Estado de Roraima (Delegados de Polícia Civil e Federal, Magistrados Estadual e Federal, Ministério Público, Polícia Militar e Forças Armadas), também tem recebido elogios pela qualidade científica e, quando necessário, os laudos são ilustrados com fotografias, esquemas, tabelas e quadros.

Conclui-se que as qualificações contribuíram para novas competências profissionais e, consequentes nomeações de peritos legistas para superar a situação problema de reduzidíssimo efetivo até novo concurso público e preenchimento das vagas de perito odontolegista, desta forma se cumpre a missão institucional de *iluminar cientificamente a Justiça Criminal, para uma sociedade cada vez mais justa e humana*. Recomenda-se preencher as 20 (vinte) vagas de Peritos Odontolegistas, previstas no Anexo I da Lei Complementar n° 055, de 31/12/2001, para implantar Divisões Especializadas de Odontologia Legal nas áreas de: Banco de Dados Multibiométrico Odontológico (Lei Federal n° 13.964, de 24/12/2019, e Lei Estadual de Roraima n° 1.357, de 26/11/2019); Necropsia, Identificação Humana, Traumatologia no vivo, Radiologia e Imaginologia, dentre outras, para atender a população todos os dias, inclusive nos fins de semana e feriados.

CAPÍTULO 18

Odontologia Legal: Relato de Caso de Necropsia

ODONTOLOGIA LEGAL: RELATO DE CASO DE NECROPSIA

Antonio Alberto de Medeiros Ferreira

Eberte Ferreira Alencar

Francisco Ferreira de Farias Junior

Marcela Campelo Pereira

Necropsia, *autopsia* ou *cadavérico*, é o exame pericial de corpo de delito em Medicina Legal e Odontologia Legal, que estuda os fenômenos tanatológicos, desde os sinais imediatos, consecutivos, especiais, até os destrutivos e os conservadores. O objetivo é estabelecer a *causa mortis*, suas circunstâncias e quando ocorreu. No *exame externo*, descreve-se as vestes, objetos, estado de conservação, lesões, fotografias, impressões digitais e outras observações. O *exame interno* é o acesso às cavidades craniana, torácica e abdominal para a análise mais minuciosa.

A necropsia está prevista no Art. 162 do Decreto-Lei n° 3.689/1941, o qual normatiza que "será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto", bem como o inc. IX, Art. 6° da Lei n° 5.081/1966, a Odontologia deve "utilizar as vias de acesso do pescoço e da cabeça", e ainda, o parágrafo único do Art. 63, aprovado pela Resolução CFO-63/2005, "se as circunstâncias o exigirem, estender-se a outras áreas, se disso depender a busca da verdade, no estrito interesse da justiça e da administração".

Partindo esta temática, o presente relato de caso, trata-se de exame de corpo de delito de necropsia com identificação humana, no corpo que deu entrada no IMOL-RR à 1h do dia 05/02/2020,

conforme requisição da autoridade policial. A vítima tem como histórico acidente aeronáutico, com incêndio seguido de explosão do avião, ocasionando lesões de queimaduras graves, inclusive de quarto grau (carbonização). Os autores asseguram a anonimização dos dados da pessoa examinada e assim, cumprem os preceitos éticos dos Conselhos de Medicina e Odontologia, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e normas vigentes.

O *exame externo* foi iniciado às 9h30 do dia 05/02/2020 no IMOL-RR, descreveu-se: *vestes* parcialmente queimadas, camisa verde quadriculada, calça *jeans*, *body* azul e verde, calcinha preta, absorvente íntimo; as *características físicas*, cadáver do sexo feminino, a cor, os cabelos e as íris estão prejudicadas; *dados tanatológicos - lesões externas*, corpo em estado de carbonização, sendo total nas regiões da cabeça, terço superior do tórax, região dorsal direita, membro superior direito, metade do antebraço e mão, ambos do lado esquerdo, perna direita e pé esquerdo.

Em relação ao *exame interno* em Odontologia Legal, foi entregue aos peritos oficiais o prontuário odontológico de uma das pessoas que figuravam como passageira daquele avião acidentado, ao cotejamento do exame fotográfico dos arcos dentários superior (maxila) e inferior (mandíbula) *ante mortem* (prontuário odontológico) e *post mortem* (cadáver), e ainda em confrontação ao exame radiográfico panorâmico dos arcos dentários e adjacências (prontuário odontológico), com esses dados minuciosamente coletados no exame pericial, constatou-se imagens semelhantes *ante* e *post* mortem:

1. Molares superiores de ambos os lados; 2. Caninos superiores direito, tanto na posição no arco dental, quanto no formato da borda incisal; 3. Incisivos laterais superiores direito, tanto na posição no arco dental quanto no formato da borda incisal; 4. Incisivos centrais superiores direito, tanto na posição no arco dental quanto no formato da borda incisal, sendo que há braquete na face

vestibular no dente post mortem; 5. Ausência de espaço entre os incisivos centrais superiores (ausência de diastema); 6. Caninos inferiores direito, tanto na posição no arco dental quanto no formato da borda incisal; 7. Incisivos laterais inferiores direito, quanto sua posição recuada e falta de espaço no arco dental (retrusão com apinhamento); 8. Incisivos centrais inferiores direito, tanto na posição no arco dental quanto na face externa (vestibular); 9. Ausência de espaço entre os incisivos centrais inferiores (ausência de diastema); 10. Incisivos centrais inferiores esquerdo, tanto na posição no arco dental quanto na face externa (vestibular); 11. Primeiros molares superiores direito; 12. Incisivos laterais superiores direito, tanto na posição no arco dental quanto no formato da borda inciso-distal; 13. Primeiros molares inferiores direito; 14. Caninos inferiores esquerdo, tanto na posição no arco dental quanto na face externa (vestibular).

Com base nos resultados apresentados, os peritos oficiais concluíram que a pessoa examinada teve queimaduras graves, inclusive de quarto grau (carbonização), por ação térmica (fogo), com evolução ao êxito letal. O cotejamento dos exames radiográfico e fotográficos *ante* (prontuário odontológico) e *post mortem* (cadáver), registram inúmeros pontos de semelhança, que permitiram cientificamente identificar a vítima. Recomenda-se aos profissionais da Odontologia elaborar e conservar o prontuário para todos os efeitos éticos e legais, haja vista que permitiu, de forma célere e científica, realizar a identificação humana, portanto, de elevada relevância humanitária-pericial.

CAPÍTULO 19

Histórico da Genética Forense no Instituto de Criminalística de Roraima

HISTÓRICO DA GENÉTICA FORENSE NO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DE RORAIMA

Érica de Oliveira Veras da Luz

Andréa Cristina Sant'Ana

A identificação criminal através de DNA começou a ser praticada no Brasil em 1994 com a criação da Divisão de Pesquisa DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal. E, posteriormente, a implantação dos Laboratórios de Genética Forense nas Unidades Periciais brasileiras foi ocorrendo de forma lenta e desigual. Para alavancar esse processo, no ano de 2004, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Justiça lançaram o "Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada na Segurança Pública - PCTASP", com investimento de 9 milhões destinados à genética forense, a fim de capacitar profissionais em perícia, estruturar um banco de dados de DNA para identificação criminal e estruturar uma rede de laboratórios regionais de genética forense.

Paralelamente, tomava posse, em julho de 2004, a primeira turma de policiais civis concursados do estado de Roraima, tendo 35 Peritos Criminais e 11 Auxiliares de Perito Criminal lotados no Instituto de Criminalística de Roraima – IC/RR. Com isso, as Peritas Criminais Andréa Cristina Sant'Ana e Elisângela Moura Ponchet, recém empossadas, cursaram, por indicação da Diretora Maria das Dores de Souza Lira dos Santos, Especialização em Genética Forense na Universidade Federal do Pará nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, como parte do PCTASP.

Em âmbito nacional, ano de 2009, a Rede Nacional de Genética Forense firmou acordo com o Federal Bureau of Investigation – FBI, para uso da tecnologia de banco de dados

CODIS (Combined DNA Index System), por meio da assinatura do *Letter of Agreement* entre o Diretor Geral da Polícia Federal e o Diretor Executivo do FBI. Neste evento, o atual Secretário de Segurança de Roraima, Cláudio Lima de Sousa, também assinou o Acordo de Cooperação Técnica – ACT, entre o Estado de Roraima, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, comprometendo o Estado a se adequar para receber o CODIS.

Estados brasileiros que possuíam laboratório de genética forense em funcionamento, e assinaram o ACT, foram aptos a receber o CODIS, o que não foi o caso de Roraima. A instalação do programa e o treinamento do sistema foram realizados em 2010. Porém, por falta de legislação específica, inicialmente, o CODIS foi utilizado apenas para a inserção de vestígios. O ingresso de perfis de referência de suspeitos e de condenados só foi possível com a promulgação da Lei 12.654/2012. A Rede Integrada de Bancos Perfis Genéticos - RIBPG e o Banco Nacional de Perfis Genéticos, foram formalmente criados em 2013, pelo Decreto 7.950.

Ao passo que genética forense nacional avançava, o estado de Roraima continuava estagnado, sem conseguir implantar seu laboratório de genética forense e fazer parte da RIBPG, mesmo com toda a dedicação das peritas e do então diretor Reginaldo Carvalho Sousa. Com isso, os exames genéticos do IC/RR eram realizados, utilizando-se a estrutura física de Estados parceiros, como Pará e Amazonas. No ano de 2012, a Perita Criminal Érica de Oliveira Veras da Luz, passou a fazer parte da equipe de genética forense do IC/RR, sendo oficialmente capacitada em 2013, no curso teórico-prático em genética forense no Laboratório de Genética Forense do Amazonas.

A ausência do laboratório provocava demora na realização dos exames de DNA, consequentemente atrasando e prejudicando as investigações policiais, e sendo fator determinante para o estado de Roraima não receber o CODIS. A fim de auxiliar os Estados com tal

dificuldade, no ano de 2018, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, após um árduo trabalho da RIBPG, aprovou um grande projeto para aquisição federal dos equipamentos mínimos para implantação dos laboratórios de genética forense nos cinco estados brasileiros remanescentes, solicitando como contrapartida dos mesmos, fornecimento de estrutura física e número mínimo de profissionais capacitados.

Assim, por meio de esforços conjuntos entre o atual diretor do IC/RR Sttefani Pinheiro Ribeiro e as peritas Andréa, Érica e Elisângela, foi inaugurado o Laboratório de Genética Forense de Roraima - LGFRR, no dia 03 de setembro de 2019, com estrutura física fruto de convênio entre a PCRR e o Corpo de Bombeiros Militar de Roraima – CBMRR. Ainda em 2019, passou a fazer parte da equipe o Auxiliar de Perito Criminal Joel da Silva Cordeiro, mestre em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva.

As atividades do LGFRR deram início efetivamente em 2020. Nesse curto período de funcionamento diversos desafios foram enfrentados, e a falta de servidores é o principal deles. Mesmo assim, o laboratório realizou diversos exames genéticos que auxiliaram na resolução de crimes e na identificação de restos mortais não identificados. O laboratório também faz parte de diversos programas do Governo Federal como: Coleta de Material Genético de Condenados, Processamento de Backlog de Crimes Sexuais, Identificação de Pessoas Desaparecidas, entre outros. Hoje, em 2023, o LGFRR aguarda o aporte de mais dois peritos oficiais, fator preponderante para que possa finalmente ser parte integrante da RIBPG, compartilhando seus perfis genéticos com o restante do país e contribuindo com a rede de investigação criminal nacional.

CAPÍTULO 20

Chacina no Presídio de Roraima: Do Local ao DNA

CHACINA NO PRESÍDIO DE RORAIMA: DO LOCAL AO DNA

Érica de Oliveira Veras da Luz

Andréa Cristina Sant'Ana

Dentro do cenário de extrema violência marcada pela presença de milícias e organizações criminosas no Brasil, com destaque para Amazônia Brasileira, Roraima também não passou despercebido pelo crime organizado. Três facções atuam dentro e fora dos presídios do Estado (PCC, Comando Vermelho e Família do Norte) desde 2013. Estes grupos organizados constroem palcos de guerras que impactam fortemente os índices de violência letal onde quer que atuem.

Nesse contexto, ocorreu a primeira chacina na Penitência Agrícola de Monte Cristo de Roraima em outubro de 2016. As mortes resultantes da violência praticada entre membros de facções criminosas, caracterizadas principalmente por mutilação de corpos e carbonização, consistiram um desafio para os exames periciais, onde o DNA representou o único meio factível de estabelecer a identificação das vítimas.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo de caso foi relatar, no âmbito da Perícia Criminal, a 1.ª chacina no presídio de Roraima, ocorrida em decorrência da rebelião entre facções rivais (PCC *versus* Comando Vermelho).

Os exames periciais do local duraram aproximadamente 10 horas. Foram levantados danos causados nas estruturas do presídio e os homicídios ocorridos. A identificação das vítimas foi feita pelo

DNA, no Laboratório de Genética Forense do Centro de Perícias Renato Chaves/PA.

As amostras questionadas (músculo, cartilagem e dentes) estavam todas carbonizadas e com odor putrefeito. O DNA das amostras-referência foi extraído com Wizard® Genomic DNA Purification (Promega). Os dentes, após moagem, foram submetidos à extração de DNA pelo método orgânico com fenol/clorofórmio.

O DNA de músculos e cartilagem foi extraído seguindo protocolo da QIAmp DNA Insvestigator (QIAGEN). A quantificação foi com QuantifilerTM Trio – DNA *quantification kit* (Applied Biosystems) no equipamento 7500 Real Time PCR System. A amplificação foi pelo método de PCR multiplex utilizando Power – Plex Fusion (Promega). Os produtos amplificados foram submetidos à eletroforese no sequenciador capilar 3130 (Applied Biosystems).

A rebelião ocorreu em duas áreas da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, localizada a 10 km de Boa Vista, capital de Roraima, na data 16 de outubro de 2016, por volta das 16h30min. Os resultados dos exames de local mostraram que além dos danos na estrutura física da penitenciária, constatou-se 13 vítimas de homicídios, das quais 7 tiveram seus corpos mutilados e carbonizados em uma fogueira, totalizando 25 amostras questionadas de diversas partes dos corpos mutilados.

Os resultados dos exames genéticos mostraram que todas as amostras questionadas pertenciam a pessoas do sexo masculino. Em todos os casos foram obtidos índices estatísticos conclusivos que permitiram a identificação dos indivíduos. Das 25 amostras questionadas, em cinco os resultados da eletroforese revelaram perfis genéticos coincidentes para uma mesma pessoa, sendo essas amostras coletadas de cabeça, mão, pé, braço e dedo.

A Chacina ora relatada foi um prenúncio de um evento maior, o 2.º massacre dois meses depois, somando 33 mortes. O exame de local mostrou muito mais que a selvageria ocorrida na rebelião. Danos, quebradeira, desalinho, muito sangue e fogueira de gente revelaram também a fragilidade do sistema prisional de Roraima e a falência do estado brasileiro no que tange ao combate ao crime organizado.

Quanto à identificação das vítimas, as técnicas aqui apresentadas foram eficientes na recuperação do DNA em amostras carbonizadas e putrefeitas, mostrando mais uma vez que o DNA é uma ferramenta singular na determinação da identidade de um indivíduo, por mais degradado que esteja o material biológico.

Frente ao exposto, é notável a importância da perícia criminal na produção da prova material. Em se tratando de crimes de mortes violentas, onde há a necessidade de identificar as vítimas ou apontar a autoria, a exemplo da chacina aqui brevemente relatada, o DNA forense é uma ferramenta extraordinária pela robustez científica e inequívoca dos seus resultados.

Porém, apesar de todas as evidências o DNA forense em Roraima ainda caminha a passos lentos, onde investimentos contínuos na área da Genética Forense se fazem urgentes e necessários para que a perícia possa continuar cumprindo com seu mister de contribuir com a justiça, servindo com excelência à sociedade roraimense.

CAPÍTULO 21

Crimes Sexuais: DNA Como Ferramenta de Elucidação

CRIMES SEXUAIS: DNA COMO FERRAMENTA DE ELUCIDAÇÃO

Érica de Oliveira Veras da Luz

Andréa Cristina Sant'Ana

A violência sexual é um problema crônico de segurança pública em todo o mundo. A nível de Brasil, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), ao longo da última década, mais de meio milhão de pessoas foram vítimas de estupro. Somente no ano de 2021 foram registrados mais de 66 mil casos de violência sexual em todo o país.

Vale ressaltar que estes dados correspondem às vítimas que denunciaram o crime em uma delegacia de polícia ou procuraram uma unidade de saúde. Se considerarmos as subnotificações, ou seja, vítimas que não denunciam a agressão por motivos diversos: desde a dificuldade de compreensão do próprio fenômeno enquanto crime1, medo ou vergonha, estes números podem ser ainda maiores. E são. A cada dois minutos uma pessoa é estuprada no Brasil. A estimativa, de acordo com o IPEA, é de 822 mil casos de estupros por ano.

Se os números de crimes sexuais cometidos contra vítimas adultas assustam, mais aterrorizantes ainda são os dados de estupro de vulnerável, principalmente contra crianças e adolescentes de 0 a 13 anos, totalizando um percentual de aproximadamente 75,5% dos casos em 20211.

O estado de Roraima faz parte desta triste e cruel realidade do cenário de crimes sexuais no Brasil. Ao se comparar os dados dos primeiros semestres de 2021 e 2022, observa-se um aumento

relevante nos casos de estupros em Roraima, com aumento de 51,4% em 2022 com relação a 2021, ficando o Estado na segunda posição no ranking nacional, atrás somente do estado da Paraíba1.

Estes dados são sentidos no âmbito do Laboratório de Genética Forense de Roraima (LGFRR). Inaugurado em 2019, o LGFRR atualmente conta com um backlog de aproximadamente 500 casos de crimes sexuais, perfazendo uma média anual de 125 casos no período de 2019 a 2022. Sendo a maior prevalência a violência sexual contra crianças e adolescentes. Das 122 ocorrências de crimes sexuais registradas no LGFRR de maio a dezembro de 2022, em 69% dos casos a faixa etária das vítimas é de 0 a 15 anos, incluindo meninos, ficando a faixa etária de 16 a 25 anos com 18%, sendo 13% das demais vítimas com idade entre 26 a 63 anos de idade.

A Genética Forense pode ser definida como a ciência que utiliza técnicas de Biologia Molecular e os conhecimentos relativos à hereditariedade para subsidiar investigações criminais. Em se tratando de crimes sexuais, a análise de vestígios pelo exame de DNA é ferramenta extraordinária por permitir o alcance da autoria, instrumentalizada por uma tecnologia de ponta: o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG), alimentado pelos bancos estaduais.

Os bancos de perfis genéticos são bancos de dados gerenciados pela perícia criminal onde ficam armazenados os perfis genéticos de criminosos e de vestígios de cenas de crimes de todo o Brasil, de acordo com a Lei 12.654/12 e o Decreto 7950/13. Atualmente, quase 200 mil perfis estão armazenados nesta rede, o que permite o cruzamento de inúmeros crimes e identificação de autores. Um avanço para as investigações de violência sexual, considerando que na maioria das vezes estes crimes não têm suspeitos.

Roraima em parceria com a Polícia Federal por meio do Centro de Processamento Automatizado de Vestígios Sexuais

(CENPA-VS) analisou 180 amostras questionadas armazenadas no LGFRR em 2021. Como resultado, 40 perfis masculinos foram revelados e inseridos no BNPG. Ao cruzar os dados de Roraima com os de outros estados brasileiros, um homem que estuprou uma mulher em Roraima em 2019 foi identificado e localizado no Maranhão no início de 2022, onde encontra-se preso.

É evidente a importância do uso dos bancos de perfis genéticos como abordagem no enfrentamento a crimes sexuais, uma vez que o banco permite elucidar crimes sem suspeitos, sendo um meio eficaz para identificar crimes em série e criminosos reincidentes, aspectos comuns nos casos de violência sexual.

Os números de crimes elucidados em Roraima, principalmente crimes sexuais, a exemplo do caso mencionado anteriormente, aumentariam significativamente se o Estado compartilhasse, na rotina, perfis genéticos com o Banco Nacional. Mas para que isso ocorra, o Laboratório de Genética Forense precisa estar habilitado, operando dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, sendo necessários investimentos contínuos em recursos materiais e de pessoal.

AUTORES & INSTITUIÇÕES

AUTORES

DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL

Marcos Lazaro Ferreira Gomes. Delegado de Polícia Civil. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Especialista pós-graduado em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: marcos.gomes@policiacivil.rr.gov.br

Marcus Antônio de Paiva Albano Júnior. Delegado de Polícia Civil. Bacharel em Direito. Mestrando em Sociedade e Fronteira pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: delegadoalbano@icloud.com

Simone Arruda do Carmo. Delegada de Polícia Civil. Bacharel em Direito. Mestranda em Geografia. Especialista pós-graduada em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: simonedelegada@hotmail.com

PERITOS DE POLÍCIA CIVIL

Andréa Cristina Sant'Ana. Perita Criminal de Polícia Civil. Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas. Mestre e Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: andreasantana290607@gmail.com

AUTORES

PERITOS DE POLÍCIA CIVIL

Antônio Alberto de Medeiros Ferreira. Perito Odonto-legista de Polícia Civil. Especialista em Odontologia Legal e Radiologia, Mestre em Saúde Coletiva. Doutor em Ciências Odontológicas. E-mail: aamedeiros@hotmail.com

David Menezes Filho. Perito Papiloscopista de Polícia Civil. Curso Superior em Processamento de Dados (IUESO/GO). Especialista pós-graduado em Segurança Pública e Cidadania. E-mail: david.filho@policiacivil.rr.gov.br

Eberte Ferreira Alencar. Médico Odonto-Legista de Polícia Civil. Cirurgião-Dentista do Governo do Estado de Roraima. Especialista pós-graduado em Odontologia Legal. E-mail: ferreiraalencareberte013@gmail.com

Érica de Oliveira Veras da Luz. Perita Criminal da Polícia Civil. Bióloga. Mestre em Recursos Naturais. Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: ericaveras@yahoo.com.br

Francelina de Brito Menezes. Perita Papiloscopista de Policial Civil. Bacharel em Direto. Especialista pós-graduada em Perícia Criminal e Ciência Forense. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal e Segurança Pública. E-mail: francianafbrito@hotmail.com

AUTORES

PERITOS DE POLÍCIA CIVIL

Francisco Ferreira de Farias Junior. Médico Legista de Polícia Civil. Médico Clínico Geral. Pós-Graduado em Medicina legal, Perícias Médicas, Homeopata e Acupuntura. E-mail: fariasrr2005@gmail.com.

Marcela Campelo Pereira. Perita Odonto-Legista de Polícia Civil. Graduada em Odontologia. Mestre em Ciências da Saúde. Especialista em Periodontia, em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. E-mail: mpcampelo@hotmail.com.

ESCRIVÃES DE POLÍCIA CIVIL

Elisangela Castro de Jesus. Escrivã de Polícia Civil. Graduada em Letras e em Secretariado Executivo. Especialista pós-graduada em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: elisangela.jesus@policiacivil.rr.gov.br

Shirley Pereira Lopes Araújo. Escrivã de Polícia Civil. Bacharel em Direto pela Faculdades Cathedral. Especialista pós-graduada em Direito Constitucional, bem como em Segurança Pública e Cidadania. E-mail: sherlopess@hotmail.com

AUTORES

AGENTES DE POLÍCIA CIVIL

Ketiane da Costa Guerreiro. Agente de Polícia Civil. Professora da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: ketiguerreirorr@gmail.com

Reginaldo Lima Oliveira. Agente de Polícia Civil. Bacharel em Direito. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Criminologia e Segurança Pública. E-mail: reginaldo.oliveira@policiacivil.com.br

Ricardo Ribeiro Silveira. Agente de Polícia Civil. Bacharel em Direito. Especialista pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Criminologia e Segurança Pública E-mail: ricardoribeirosilveira@gmail.com

Alcilene de Almeida Izidorio. Agente Carcerária de Polícia Civil. Bacharel em Tecnologia da Informação. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Criminologia e Segurança Pública. E-mail: izidoriocaps@hotmail.com

Daminá de Souza Lameado. Agente Carcerária de Polícia Civil. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Criminologia, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: damina5353@hotmail.com

AUTORES

AGENTES DE POLÍCIA CIVIL

Luana Lucena Machado. Agente Carcerária de Polícia Civil. Licenciada em Pedagogia. Acadêmica de História e Psicologia pela Faculdade Cathedral. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal e Segurança Pública. E-mail- lucenaluana142@gmail.com

Ozicleia Macedo de Alencar. Agente Carcerária de Polícia Civil. Licenciada em Pedagogia. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: ozicleiaalencar@hotmail.com

PESQUISADORAS DA ÁREA JURÍDICA

Ágatha Krystine Pinheiro de Matos. Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio Atual. Temas de interesse na pesquisa: Direito Penal, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: agathakrystine7@gmail.com

Eudiafla Nogueira Franciana. Advogada. Bacharel em Direito. Pós-Graduada em Direito Militar. Mestranda em Sociedade e Fronteira pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: adv.eudyafla@gmail.com

INSTITUIÇÕES

O desenvolvimento da presente obra é uma realização da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Roraima (ADEPOL/RR), contando com o apoio institucional da Polícia Civil do Estado de Roraima e da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL-BR).

Apoio:

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2023

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

✉ eloisenhoras@gmail.com